

PREPARAR AS ELEIÇÕES CONSTRUIR A ALTERNATIVA

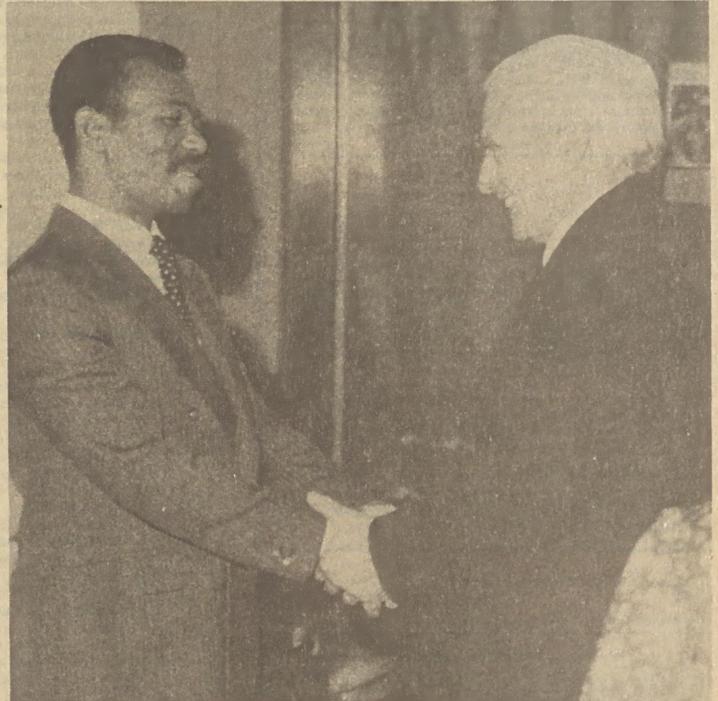
Centenas de reuniões preparam a Conferência Nacional da próxima semana - **Págs. 3 e 5**

Comunistas no Governo? Mas... porque não?! - **Suplemento**

Uma tarefa democrática: fiscalizar os cadernos eleitorais - **Suplemento**



São já conhecidos numerosos candidatos da APU - **Pág. 3**



O camarada Mengistu Hailé-Mariam, Presidente do Comité Militar Administrativo Provisório (CMAP) e do COPTÉ, e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Revolucionárias da Etiópia, recebe o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português que chefiava a delegação do PCP em visita à Etiópia

ÁLVARO CUNHAL COM DELEGAÇÃO DO PCP NA ETIÓPIA

Comunicado conjunto e fotos na **pág. 4**

SECA

Eleitos da APU. apresentam propostas para resolver os problemas - **Pág. 6**

TARIFAS DE ELECTRICIDADE NO PORTO

A DORP do PCP reafirma a condenação dos projectos de aumentos - **Suplemento**

ÁLVARO CUNHAL NOS DISTRITOS DE CASTELO BRANCO E PORTALEGRE

Sexta-feira, 25 - Às 21.30, no ginásio do liceu de **Castelo Branco**, sessão de esclarecimento

Sábado, 26 - Às 15 horas, no Casino Fundanense, no **Fundão**, sessão de esclarecimento; às 21 horas, no cine-teatro da **Covilhã**, comício

Domingo, 27 - Às 12 e 30, encontro com a população em **Avis**; às 16 horas, em **Campo Maior**, comício; às 18 horas, em **Fronreira**, comício; às 20 e 30, em **Ponte de Sor**, sessão de esclarecimento

Suplemento

Avante!

Ano 53 - Série VII

N.º 477

24 de Fevereiro de 1983

Suplemento

Não se vende

separadamente

Página

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

10/11

**MEIO MILHÃO
DE CONTOS
DE AUTOMÓVEIS
À PORTA
DO CONGRESSO
DO CDS**

FONTELA
Uma luta justa

SINES
Defendendo o porto da pesca

Págs. 6/7

Págs. 10/11

SEMANA

16 Quarta-feira

O movimento «Não às armas nucleares em Portugal» protesta contra a presença no estuário do Tejo do submarino nuclear norte-americano «Henry Clay». Enquanto alguns «nucleares» do PSD continuam à procura de um líder, João Jardim afirma à Anop que «os socialistas-democratas madeirenses não estão dispostos a apoiar o Congresso quem não garantirá um PSD forte e dinâmico que lidere a sociedade portuguesa ao estilo «sá-carneirista». Uma delegação do CC do PCP chefiada por Álvaro Cunhal inicia uma visita à Etiópia a convite do respectivo presidente, Mengistu Mariam. Os CTT/TLP anunciam que a correspondência e telefones aumentam a partir de 1 de Março. A delegação portuguesa à Convenção de Londres para a Prevenção da Poluição Marinha defende a suspensão do lançamento de resíduos radioactivos no mar. A Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, reunida em Genebra, condena a Indonésia pela ocupação de Timor-Leste e declara Israel responsável pelo massacre de palestinianos nos campos de Sabra e Chatila. O Partido Comunista Francês anuncia a morte de Waldeck Rochet, que foi secretário-geral do Partido de 1964 a 1972.

17 Quinta-feira

Greve dos trabalhadores do Metro e da Carris deixa a capital sem transportes. Dirigentes sindicais e motoristas afirmam que na base dos acidentes com os «laranjas» da RN e da Carris se encontram deficiências técnicas e falhas de manutenção e não «falhas humanas» como as autoridades têm procurado fazer crer. Pescadores algarvios bloqueiam tráfego no Guadiana exigindo um acordo fronteiriço de pescas com a Espanha. O PCP divulga as teses para a Conferência Nacional de Março, depois de discutidas e aprovadas, as teses serviram de orientação para a preparação das próximas eleições legislativas. A URSS propõe em Viena a redução recíproca de tropas estacionadas na Europa Central. A RFA rejeita a proposta sueca de criação de uma zona des-nuclearizada na Europa Central.

18 Sexta-feira

Os trabalhadores da construção civil reberaram com o tecto salarial de 17% imposto pelo governo «AD», ao conseguirem um aumento global de 25,5%. A linha ferroviária do Oeste foi cortada e o emissor da RDP-Centro ocupado pelos trabalhadores da Vidreira da Fontela, em protesto contra a ausência das entidades oficiais à reunião marcada para analisar a viabilização da empresa. Começa o V Congresso do CDS, com o corte de «relações políticas entre Lucas Pires e Luis Barbosa, os dois candidatos à presidência do partido. O dirigente da União Cívica Radical, Carlos Contin, anuncia que as eleições gerais na Argentina se realizarão no próximo mês de Outubro. O pessoal grego das bases norte-americanas na Grécia cumpre o segundo dia de greve de protesto contra a decisão dos Estados Unidos de aumentar a ajuda militar à Turquia. A Comissão Especial da OUA reúne em Nairobi para estudar as possibilidades de uma Cimeira da Organização.

19 Sábado

A Comissão Nacional do PSD rejeita a hipótese de listas «AD» para as próximas eleições legislativas. Balaio Horta afirma que Freitas do Amaral está arrependido de ter abandonado a liderança do CDS. Cerca de três centenas de polícias participam num almoço promovido pela Comissão pró-sindical dos Profissionais da PSP, não obstante o respectivo Comandante-Geral ter desaconselhado a reunião e ameaçado os participantes com a instauração de «processos de averiguações ou disciplinares». Os chefes de Estado africanos reunidos em Nairobi, no Quênia, recomendam a realização da décima nona cimeira da OUA em Addis Ababa, em Maio ou Junho próximos. O ministério sueco dos Negócios Estrangeiros anuncia o desaparecimento em El Salvador de dois jornalistas suecos e um repórter americano. Segundo a ANGOP, as autoridades de Luanda estão dispostas a participar num segundo encontro a nível governamental com a África do Sul.

20 Domingo

O Congresso do CDS aprova a lista apresentada por Lucas Pires e Adriano Moreira para a liderança do partido; segundo Rui Pena, antes de ser conhecido o resultado da votação, a vitória daquela lista seria a vitória «da direita radical do partido» e poderia «por em perigo o próprio regime». As Comissões Unitárias de Mulheres do Porto saem à rua para uma «operação stop à castelha». A preparação de listas de candidatos a deputados do PSD está a ser tão agitada que Sousa Tavares e Leonel Santa Rita andam à tábua por desentendimento quanto aos nomes da lista de Lisboa. Cimeira da Linha da Frente reúne no Zimbábue para debater o problema da Namíbia antes da reunião dos Não-Alinhados que se realiza no próximo mês. Ariel Sharon é reintegrado no Comité Internacional de Defesa israelita.

21 Segunda-feira

A Juventude Comunista Portuguesa divulga um manifesto sobre a próxima campanha eleitoral, apelando aos jovens para que nela participem com entusiasmo. Mário Soares inicia uma visita aos Estados Unidos a convite do governo norte-americano. Representantes dos trabalhadores dos transportes apresentam ao governo uma proposta de resolução dos conflitos existentes que, se aceite, evitará as greves marcadas para os próximos dois dias. Chega a Lisboa o chefe espiritual dos muçulmanos ismaelitas, Aga Khan, a convite do governo português. O escritor e catadrático uruguaio Angel Rama, é expulso dos Estados Unidos acusado de «subversivo e comunista». O parlamento indiano inicia o debate sobre a situação no Estado de Assam, onde bandos tribais assassinaram cerca de 1000 imigrantes durante o fim-de-semana. O Conselho Nacional Palestiniano declara inaceitável o plano de Reagan para a resolução do conflito israelo-árabe.

22 Terça-feira

Regressa a Portugal a delegação do PCP que visitou a Etiópia, e que era composta pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido e pelo camarada Albano Nunes, do CC e responsável da Secção Internacional. Os eleitos do PS na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia determinam brutal agravamento de preços da energia eléctrica, contra a posição dos vereadores da APU. A Argélia solicita a convocação de uma reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a fim de «salvaguardar a unidade e as conquistas da organização». Uma força da PSP dispersa violentamente, em Braga, uma concentração de três mil agricultores que reclamam pagamento de indemnizações pelos prejuízos causados pelas geadas de Maio do ano passado. O projecto do Martim Moniz/Abecasis é reconduzido na Câmara Municipal de Lisboa pelos votos do PS e da «AD», contra a posição do Povo Unido.

Editorial

RASGUEMOS NOVOS CAMINHOS EM 25 DE ABRIL!

A discussão das teses para a Conferência Nacional do PCP prossegue activamente em todo o Partido. Milhares de camaradas reúnem, debatem as propostas políticas do Comité Central, elegem delegados. A publicação das teses no último número do «Avante!» despertou o interesse de largos sectores da classe operária e do Povo. A campanha da APU entrou numa fase de grande intensidade.

Uma viva consciência colectiva se vai formando da gravidade dos problemas actuais e da necessidade premente de soluções adequadas, as quais implicam uma séria e profunda mudança na política nacional.

Círculos políticos dos mais variados debruçam-se sobre as questões colocadas, em muitos casos apreciando o realismo dos comunistas e o aprofundamento da situação catastrófica em que a «AD» mergulhou o País.

As medidas apontadas pelo PCP para enfrentar a crise vão ao encontro das aspirações populares mais sentidas, obtêm o apoio e a adesão de um número crescente de portugueses.

Em particular, o problema de uma alternativa democrática assume importância transcendente à medida que se aproximam as eleições, cujos resultados poderão influir decisivamente nos rumos imediatos da política do País.

A dois meses de um acto eleitoral de tão grandes repercussões políticas na vida e no futuro de Portugal, os portugueses podem desde já tirar conclusões esclarecedoras sobre a natureza, os métodos e as propostas das forças concorrentes. E fazer o seu juízo.

De facto, parafraseando a parangona eleitoral de Mário Soares, o Povo português «pode desde já comparar».

Em contraste com a indescritível bagunça e a derrocada interna da «AD» e dos principais partidos componentes — o PSD e o CDS; em contraste com as divisões e a implacável «caça às bruxas» na elaboração das listas eleitorais do PS contra destacados socialistas que destoam de Mário Soares, o trabalho organizado, sereno e profícuo e a solidez política do PCP oferecem vasta matéria de reflexão a todos os portugueses.

O congresso do CDS no último fim-de-semana e as reuniões do Conselho Nacional do PSD e preparatórias do Congresso no fim do mês, são altamente reveladoras do extremo apodrecimento a que tudo aquilo chegou.

No CDS triunfou quem soube gargantear melhor, quem soube jogar no fim os trunfos que tinha na manga. Ganharam os que souberam preparar mais cuidadosamente o salto a dar no momento exacto o empurrão decisivo para fora da lida aos menos lesto.

É delicioso ver as tocaias, os jogos verbais com uma grande riqueza adjetiva, as lacerantes garras escondidas nos punhos de renda de uns contra os outros.

«Não foi para ficar em segundo que propuseram a minha candidatura» — dizia antes da decisão da pugna o derrotado Luis Barbosa;

«Não pode haver dois em primeiro lugar. Nem que seja dez centímetros, um tem de ficar acima do outro» — dizia o vencedor visível Lucas Pires;

O vencedor invisível, que longos meses, com a ronha que lhe vem dos tempos de Salazar e Caetano, esperou a sua vez — Adriano Moreira — dizia para os seus vizinhos de fila: «A cadeira mais importante do partido é por definição aquela em que eu me sentar...»

PCP

«Construir hoje, que futuro» Debates com o PCP na Casa da Imprensa

Em conferência de imprensa realizada ontem no Centro de Trabalho Vitória, os camaradas Abom Inglês e António Abreu, membros do CC e da DORL, anunciaram a realização de uma série de debates promovidos pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português.

Sob o lema «Construir Hoje, Que Futuro», o ciclo de debates a realizar no próximo mês de Março na sala da Casa da Imprensa — Rua da Horta Seca, 20, ao Camões — vinha sendo preparado há cerca de três meses, e versará sobre temas concretos e «não sobre ideias gerais», como salientou o camarada Abom Inglês.

Para os debates foram convidadas personalidades não comunistas que, lado a lado com membros do PCP introduzirão os temas. Estas personalidades, convidadas como especialistas nas matérias a debater, todas situadas no campo democrático, tomarão lugar na mesa. Na conferência de im-

Triunfo a tendência «liberal» proclamam uns; triunfo a «extrema direita» — diz Rui Pena. Onde estará a extrema direita no CDS? Basta olhar para os nomes de uma e outra das listas oponentes e fica-se elucidado: a extrema direita está nas duas bandas, está em todo o lado...

É claro, o combate não acabou: «só agora começa», dizem alguns deles.

De facto, para os vencedores é preciso agora pensar na caça às coroas. É que do lado dos vencidos — segundo informa o «Expresso» — ficaram Rui de Oliveira, que canalizava para o CDS grossas verbas dos Industriais do Norte, Rui Rena, que dirige o Instituto Fontes Pereira de Melo e Miguel Anacoreta Correia (irmão do Eugénio que dirige o Instituto Amaro da Costa), e um outro sucedâneo do IDL que canalizava para o CDS, vindos da Fundação Kourad Adenauer, da RFA, mais de 100 mil contos por ano.

Esperemos que a todos em 25 de Abril o Povo português reduza à expressão mais simples.

Das bandas do PSD os «galos» enflam já as garras de aço para as sangrentas pugnas do congresso.

A «classe política» dirigente decompõe-se em «grupos», «conselhos», «moções de estratégia» — não faltam manifestações «plurais» no partido de Sá Carneiro.

O «conselho dos notáveis», o «grupo dos 44», o «grupo dos 200», 13 moções de estratégia — 13! (Roseta lá conseguiu diminuir a exigência de 1500 para 500 assinaturas numa elucidaiva conquista «democrática» no seio do «Conselho Nacional...»)

No terreno da peleja, «críticos» e «balsemistas» passam de um campo para o outro, criam-se novos grupos, ameaças de veto para candidatos a deputados paralisam os mais tímidos dos adversários de Balsemão no seio do partido.

As forças mais reacçãoárias ameaçam retirar apoios, alguns passam-se para posições favoráveis ao PS. O maior partido da direita faz o exame da sua consciência de classe, mede o abismo, busca bóias de salvação.

Balsemão, que é ainda Primeiro-Ministro em comanda, procura sair da letargia da derrota e ganhar trunfos para uma salvadora aliança com o PS em que não fique em segundo plano.

A sua «moção de estratégia» substitui a desacreditada sigla da «AD» e ressuscita uma outra velha sigla que andou nos ares no período da contra-revolução legislativa comandada pelo PS no governo — a «Convergência Democrática» (CD).

É evidente que a irrevogável derrota do plano subversivo da «AD» e o afundamento e falência política dos partidos da direita, alarma a reacção portuguesa e o imperialismo, dita para eles a busca urgente de soluções alternativas.

No momento em que Reagan e o Pentágono se preparam para reforçar o seu dispositivo bélico e estratégico na Península Ibérica e no próprio território português (Açores, Madeira, Beja e outras bases), a derrocada da direita em Portugal, o reforço das instituições democráticas e do espírito de Abril nas próximas eleições, tornam-se preocupantes para o imperialismo e para todas as forças reacçãoárias.

Neste sentido deve ver-se a visita de uma semana de Mário Soares aos Estados Unidos (uma visita «quase de carácter de Estado», como dizem os representantes diplomáticos portugueses em Washington) as suas entrevistas

nalmente anunciado, juntamente com os nomes dos militantes comunistas que se encontrarão na mesa. Cada tema será desenvolvido por um ou pelos dois comunistas e por três outras pessoas convidadas. O primeiro dos debates, a realizar no próximo dia 1 de Março, versará os problemas das mulheres. Para além das camaradas Zita Seabra e Luísa Amorim, integrarão a mesa Maria Belo, Maria António Fialheiro e Miguel Oliveira e Silva.

António Abreu, por seu turno, reafirmando a importância do ciclo que vai iniciar-se dentro em breve, sublinhou o facto de, num momento em que a generalidade da informação faz crer que a resolução dos problemas nacionais se encontra dependente dos problemas internos da «AD», os debates promovidos pela DORL vão tratar dos próprios problemas na perspectiva de encontrar soluções, na convergência ou na divergência de opiniões que poderão vir a ser expressas. O calendário do ciclo foi fi-

com Reagan e outros dirigentes americanos depois da estadia em Espanha e das suas conversações com o PSOE.

Mário Soares joga abertamente numa carta de alianças com a direita em Portugal e de maior submissão ao imperialismo e ao capital estrangeiro do Estado Português.

Contra a vontade de milhares de socialistas que desejam ver o reforço da democracia, do 25 de Abril e da independência nacional do seu País, que desejam ardentemente uma solução democrática para a crise, Mário Soares rumo a outras direcções, alla-se ao diabo, bate a outras portas para viabilizar em Portugal um novo arranque da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Os homens, mulheres e jovens que mais se opõem no seio do seu partido às alianças com a direita são impiedosamente saneados das listas eleitorais do PS e substituídos pelos amigos de Soares.

Mário Soares vê uma alternativa (uma falsa alternativa) aliado à direita, num rebauchado projecto de direita e com «os parceiros sociais» do grande capital para lhes salvar a barca, e não com as forças democráticas mais consequentes, em primeiro lugar com o PCP.

Entretanto uma forte votação na APU, a subida substancial do número de votos e de deputados no PCP e na APU, possibilitam uma outra solução no quadro da nossa democracia e do espírito de Abril, uma alternativa democrática que dê confiança ao Povo e abra o caminho à superação da crise, de acordo com os interesses profundos do Povo Português e do País.

A alternativa a estes três anos de política antipopular e antinacional da administração «AD» tem não só de colocar à frente do governo português portugueses capazes e patrióticos profundamente ligados ao seu Povo, mas também de criar uma dinâmica de trabalho, de devotamento patriótico, assentes na vontade, nas energias e na defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares e num projecto de verdadeira recuperação económica e de bem-estar social.

Do voto dos portugueses pode sair um mandato para uma tal alternativa.

A teoria dos «amplos consensos» atirada eleitoralmente aos ares pelos dirigentes socialistas e certos próceres da reacção não pode ser a de continuação do projecto «AD» sob outras formas mas a de informar uma autêntica e profunda mudança na política e na situação nacional com a participação a todos os níveis dos trabalhadores e dos seus representantes mais legítimos — os comunistas. A participação de comunistas no governo torna-se uma exigência nacional.

A Conferência Nacional do PCP destina-se a definir os objectivos fundamentais imediatos e as linhas de acção dos comunistas para as próximas eleições do 25 de Abril.

Uma grande votação na APU será o facto que decidirá de uma solução verdadeiramente democrática para a crise portuguesa, a que imporá aqueles que querem rumar numa direcção contrária aos interesses da democracia e do Povo um outro caminho — o do progresso económico e social do País, o da independência nacional.

Por meio do voto maciço na APU as forças populares imporão o rigoramento das instituições e do espírito de Abril, infligirão novas e decisivas derrotas às forças reacçãoárias, abrirão de novo horizontes promissores às gerações vindouras dos portugueses.

Os caminhos de Abril serão reabertos!

—O calendário é o seguinte:—

- Dia 1 de Março: Mulher: o problema, os problemas Zita Seabra e Luísa Amorim.
- Dia 8 de Março: Economia: como sair da crise Carlos Carvalhas e Izequiel Vicente.
- Dia 11 de Março: Independência nacional e Paz Albano Nunes e Alda Nogueira.
- Dia 15 de Março: Que Escola para que Vida Rogério Fernandes e João Sousa Lopes.
- Dia 18 de Março: Que alternativa política, como alcançá-la Carlos Brito e Abom Inglês.
- Dia 22 de Março: «Os trabalhadores são a força da Nação» Domingos Abrantes e Jerónimo de Sousa.
- Dia 25 de Março: Saúde: direito ou privilégio Orlando Leitão e António Vidigal.
- Dia 29 de Março: Liberdade de Informação, direito à verdade António Abreu e Fernando Correia.
- Dia 30 de Março: Habitação: aspiração pessoal, problema nacional Veiga de Oliveira e Octávio Teixeira.

Carlos Costa visitou a R. Popular de Moçambique

O camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, esteve na República Popular de Moçambique, de 10 a 17 do mês corrente, a convite do Partido Frelimo.

Durante a sua permanência, Carlos Costa teve encontros com o Presidente do Partido Frelimo e da República Popular de Moçambique, camarada Sa-

mora Moisés Machel, durante os quais se efectuou uma troca de informações sobre a situação nos dois países, na África Austral e sobre a actividade dos dois partidos.

Em nome dos comunistas portugueses Carlos Costa exprimi uma vez mais a solidariedade militante do PCP à luta pela defesa da integridade territorial da RPM, ameaçada pelas criminosas agressões sul-

-africanas e à luta do Partido Frelimo, à frente do povo moçambicano, pela edificação da sociedade socialista.

Foram tratadas questões de cooperação entre os dois Partidos em vários domínios. Carlos Costa teve conversações com Mário Machungo, membro da Comissão Política do Partido Frelimo e encontrou-se com outros dirigentes daquele Partido.

Camaradas falecidos

João Guedes

Morreu no passado sábado, 19 do Fevereiro, João Guedes, actor e personalidade profundamente ligada à história do Teatro no Porto.

João Guedes, que era militante comunista, deveria receber, segunda-feira passada, o prémio da crítica para o melhor actor de 1982, pela sua inter-

pretação na peça «A Classe Dominante».

João Guedes, que iniciou a sua actividade no Teatro nos anos 40, viria a ser um dos mais notáveis pioneiros do Teatro Experimental do Porto.

Interventões em dezenas de peças e com vários grupos e companhias: TEP, Teatro Estúdio, Teatro Nacio-

nal D. Maria II, Experimental de Cascais, Comuna, Teatro de Campolide, Selva Trupe e TEAR.

João Guedes foi ainda um excelente encenador e participou em diversos filmes.

Francisco Pinto

Foi ontem a encontrar o camarada Francisco Pinto, de Sacavém, operário carpinteiro, de 78 anos, velho militante do Partido, a que deu útil contribuição no período clandestino.

Era pai dos camaradas Francisco Pinto, Domingos Pinto, José Henriques e Maria Odete Pinto.

No funeral incorporaram-se muitos amigos e camaradas de Francisco Pinto.

Manuel Diogo Martins

Membro do Partido desde 1948, faleceu recentemente o

camarada Manuel Diogo Martins, camarada que, como quadro técnico de apoio à Direcção Regional do Sul, deu inúmeras provas de dedicação ao Partido no período da clandestinidade.

O camarada Manuel Diogo era pai das camaradas Adalina Esteves e Albertina de Carvalho e sogro dos camaradas Ilídio Esteves, membro do Comité Central do PCP, e do falecido camarada Guilherme de Carvalho.

Joaquim Rebelo

Com 79 anos, faleceu o camarada Joaquim Caetano Rebelo, velho resistente antifascista. Pertenceu ao grupo de trabalhadores que, em 28 de Fevereiro de 1935, hasteou uma bandeira vermelha na chaminé da CUF. Em Espa-

na, participou na Guerra Civil, onde combateu, como tenente, nas forças republicanas e patrióticas. Em Espanha, viria a ser preso pela polícia franquista.

O funeral do camarada Joaquim Caetano Rebelo, recentemente efectuado, constituiu uma impressionante manifestação de pesar.

Anibal Natividade

Em Vila Real de Santo António faleceu no passado dia 17 o camarada Anibal Rodolfo Natividade, de 54 anos, empregado do Casino de MonteGordo. Militante activo e prestigiado o seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar.

Atílio Dionísio

Faleceu no dia 10 Fevereiro em Sardoal, com 74 anos de

idade, o nosso camarada Atílio Ribeiro Dionísio, lutador antifascista. Esteve ligado à célula da Metalúrgica Duarte Ferreira no Tramagal, tendo sido preso várias vezes pela Pide, no Forte de Caxias.

Foi a sepultar no dia 11.

António Rodrigues

Membro da célula dos trabalhadores comunistas da Parry & Son, em Caciahas, faleceu recentemente o nosso camarada António Marques Rodrigues. O funeral realizou-se no dia 15, para o cemitério do Feijó.

As famílias dos comunistas falecidos, o colectivo dos trabalhadores do «Avante!», expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

Tarrafal

Assinalando o quinto aniversário da transladação dos restos mortais das vítimas do Tarrafal, um grupo de expressos daquele campo de concentração foi em romagem, no passado dia 18, ao monumento no cemitério do Alto de S. João, onde depôs um ramo de flores.

Foram proferidas breves palavras alusivas à cerimónia e guardado um minuto de silêncio.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, R. Miguel Bombarda, 57-2.º Esq.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769745/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa. Tel. 769745/769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Secúo, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte, R. Miguel Bombarda, 57-6.º - 4000 Porto. Tel. 653908

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31286

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e impresso na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82

Tragem do mês de Janeiro: 47 300

PCP

CANDIDATOS APU

Encontram-se praticamente ultimadas em todos os círculos eleitorais as listas de candidatos da Aliança Povo Unido com vista às eleições para a Assembleia da República a realizar em 25 de Abril próximo.

Resultado natural de um processo unitário, as listas de candidatos que a Aliança Povo Unido apresentará ao eleitorado são constituídas por homens e mulheres das mais diversas profissões, gente honesta e prestigiada, reconhecida pelo seu valor e pelo seu empenho na defesa dos interesses nacionais e do nosso povo.

Muito embora só no próximo dia 5 de Março, no decorrer da Conferência Nacional do PCP, seja divulgada a totalidade das listas e a sua composição final, o «Avante!» adianta desde já alguns nomes de candidatos por alguns círculos satisfazendo assim uma natural expectativa gerada um pouco por todo o país.

Com excepção dos cabeças de lista, já o resultado da decisão das direcções dos partidos componentes do Povo Unido, a ordem dos nomes nas listas que publicamos não corresponde ainda ao alinhamento definitivo das mesmas.

Castelo Branco

José Paulo Rebordão Gascão Nunes, técnico de informática, membro do Secretariado da DORBI
Luís Pereira Garra, operário têxtil, dirigente sindical
Carlos Vale, comerciante
Ana Rita Teles André, professora do ensino secundário, dirigente sindical
Vitor Teixeira, empregado bancário
Dr. Manuel Antunes Ferreira, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE
José Fernandes de Lemos, independente indicado pelo MDP/CDE

Santarém

António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP
Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP
Álvaro Brasileiro, agricultor
João Simões, advogado em Tomar, independente
Teresa Carvalho, estudante, membro da JCP

Setúbal

Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da C. Política do CC do PCP
José Vitoriano, membro da C. Política do CC do PCP
José Manuel Maia, operário da Lisnave, membro suplente do CC do PCP
Odete Santos, advogada
Rogério Brito, técnico agrícola
Carlos Espadinha, pescador
Jorge Patrício, membro da Comissão Central da JCP

Faro

Carlos Brito, membro da C. Política do CC do PCP e actual Presidente do Grupo Parlamentar
Margarida Tengarrinha, membro do CC do PCP
Mário Prudêncio, funcionário da TAP em Faro
José Leal, professor, presidente da Assembleia Municipal de Silves, independente indicado pelo PCP
Fernando Amaro, presidente do Sindicato da Hotelaria do distrito de Faro
Álvaro Pereira, médico, de Olhão
José Cruz, bancário, de Vila Real de Santo António
José Cabral, médico em Loulé
António Dias Mendonça, engenheiro dos GTT
Marcolino Jorge, presidente do Sindicato dos Pescadores do distrito de Faro
Carlos Rafael, operário

Portalegre

Joaquim Miranda, economista
Molsés Calado, operário agrícola, membro do CC do PCP
António Ferreira, funcionário dos CTT em Elvas
José Eduardo Tomé, médico veterinário
João Forrego (Gaíta), pequeno agricultor

Beja

José Soeiro, operário agrícola, membro do CC e da DORA
Francisco Miguel, membro do CC do PCP
Belchior Alves Pereira, industrial
Mariana Lamita, operária agrícola da UCP «Esquerda Vencerá»
Carlos Sousa, médico

Évora

António Murteira, técnico agrícola, membro do CC do PCP
Custódio Gingão, operário agrícola
António Vidigal, médico
João Paulo, operário metalúrgico
Margarida Fortio, arquitecta paisagística
Valério Pina, industrial

Leiria

Joaquim Gomes, membro da C. Política e do Secretariado do CC do PCP

Raul Ferreira, operário vidreiro, presidente do Sindicato dos Vidreiros
Belmiro Alves, pescador, presidente do Sindicato dos Pescadores da Zona Centro
Fernando Vendelinho, empregado escritório
Isabel Vieira, professora em Caldas da Rainha
Mário Morgado, professor no Bombaral, independente
Virginia Timóteo, empregada na Casa do Povo de Alcobaca
Joaquim Eusébio, professor
Prates Miguel, advogado em Ansião, independente

Viseu

Jaime Graheiro, advogado
Manuel Ortigão, comerciante, independente
Manuel Florindo, médico veterinário, independente
António Montelero, operário
Diamantino Furtado, médico
João Fonseca, médico, independente

Coimbra

Jaime Serra, membro da C. Política do CC do PCP
João Abrantes, engenheiro técnico agrário
João Vasco Ribeiro, engenheiro, docente da Faculdade de Ciências de Coimbra
Carlos Batista, operário da indústria naval, da Figueira da Foz
Lousã Henriques, médico
Joaquim Vaz, operário electricista, de Soure
José Penicheiro, pintor, independente, da Figueira da Foz
Lucinda Júlia professora do ensino secundário
Carlos Marta, funcionário da Gulbenkian, jogador de futebol

Aveiro

Zita Seabra, membro do CC do PCP
Manuel Matos, professor
Joaquim Almeida, operário metalúrgico, dirigente sindical
José Ribeiro, professor
Flávio Larangeiro, médico
Casal Ribeiro, engenheiro
Esmeraldo Drumond, engenheiro
Maria José Fenos, professora, independente
Ferreira Mendes, empregado escritório, dirigente sindical
José Catarina, metalúrgico
Maria Manuela Vaz Serra, professora
João Vasconcelos, professor
Manuel Rodrigues, mineiro

Lisboa

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP
José Tengarrinha, Presidente do MDP/CDE
Octávio Pato, membro da C. Política e do Secretariado do CC do PCP
Carlos Carvalhas, economista, membro do CC do PCP
Jerónimo de Sousa, operário, membro do CC do PCP
Veiga de Oliveira, engenheiro, membro do CC do PCP
Odete Costa, operária, dirigente sindical
José Saramago, escritor
Frederico Carvalho, investigador
Luís Francisco Rebelo, escritor, presidente da Sociedade Portuguesa de Autores
Anselmo Anibal, economista, independente
Dr. António Galhordas, médico cirurgião, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE
Alda Nogueira, membro do CC do PCP
Lino Paulo, vereador da Câmara Municipal de Sintra

Região Autónoma dos Açores

Luís Carlos Deq Mota, médico
Manuel Gonçalves dos Santos, comerciante de Madalena do Pico, independente
Esmeralda Pacheco, funcionária pública, de Ponta Delgada, membro do MDP/CDE

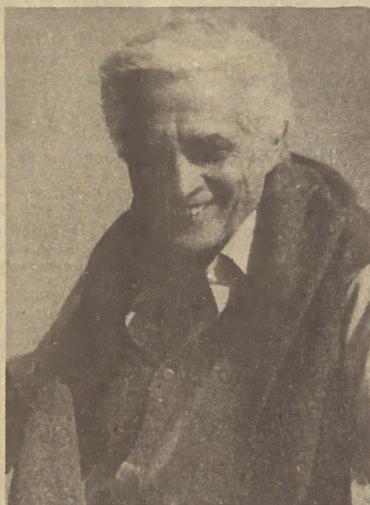
Francisco Corvelo, funcionário da ANA (EP), Sta. Cruz das Flores
Manuel Cosmo Viveiros, presidente da Cooperativa Agrícola «Vanguarda das Capelas», ilha de S. Miguel

Guarda

Mário do Nascimento Canotilho, advogado, vereador da Câmara Municipal de Pinhel
António José Vieira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório
Marla do Céu, presidente do Sindicato dos Lanificios da Beira Alta
José Vaz, professor primário em Almeida
Manuel Quintas, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos
João Alfredo Lopes Ferreira, professor em Seia

Porto

Carlos Costa, membro da C. Política e do Secretariado do CC do PCP
Angelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP
Virginia Moura, engenheira
Oscar Lopes, professor catedrático, membro do CC do PCP
Álvaro Ferreira Alves, médico
Edgar Correia, membro do CC e da DORP
Rosa Dias, membro do CC
António Mota, membro do CC
Emídio Ribeiro, membro da DORP
Armando Teixeira da Silva, membro do Secretariado da CGTP-IL
Manuel Freitas, da Federação dos Têxteis e do Secretariado da CGTP-IL
José Viegas, da direcção do Sindicato dos Bancários do Norte
Macedo Varela, advogado
Emílio Peres, médico
José Luis Borges Coelho, professor
Lino Lima, advogado
Ilda Figueiredo, economista
Gaspar Martins, bancário
Manuel Almeida, operário metalúrgico
Padre Celestino Hora, independente
Adrião Cunha, chefe de serviço de vendas, independente
Artur Centleiro, bancário, independente
Joaquim Brito, industrial, independente
Raul Castro, advogado, membro do MDP/CDE
António Taborda, advogado, membro do MDP/CDE



Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, cabeça de lista da APU pelo distrito de Lisboa

Reuniões e Sessões

Reuniões preparatórias da Conferência Nacional

Para discussão das Teses para a Conferência Nacional do PCP e eleição de delegados, acrescenta-se ao que à parte noticiamos as seguintes realizações:

Lisboa — 3.ª Zona do Comité Local

O Encontro dos militantes comunistas das freguesias de Santo Condestável, Campolide, Santa Isabel, S. Sebastião, N. S. de Fátima e S. Mamede realiza-se no próximo sábado a partir das 15 horas na Escola

Preparatória Manuel da Maia, e além da discussão das Teses e da eleição dos delegados de-finitiva a participação da Zona na campanha eleitoral.

Independentes que participaram em listas da APU, militantes do MDP/CDE e militantes socialistas que nas autarquias têm optado por entendimentos com a APU para a resolução dos problemas das populações foram convidados a participar.

O camarada António Andrez, do CC, fará a intervenção de encerramento.

lão Portugal); dos militantes da Freguesia dos Prazeres, no Centro de Trabalho dos Prazeres, também às 21 horas; dos militantes da Freguesia de Alcântara às 21 e 30, no Centro de Trabalho de Alcântara. Na segunda-feira, 28, às 21 horas, no Centro de Trabalho da Ajuda, plenário da Organização da Freguesia da Ajuda. Finalmente na quarta-feira, no Centro de Trabalho de Alcântara, plenário de todas as células de empresa da Freguesia de Alcântara.

Lisboa — 2.ª Zona do Comité Local

Para hoje, às 18 horas, está marcada a Assembleia da Lisnave-Rocha, no Centro de Trabalho de Alcântara. Amanhã, sexta-feira, Assembleia da organização da Freguesia de Belém, às 21 horas, no Centro de Trabalho de Belém (ex-Sa-

Sector da Saúde de Lisboa

O plenário realiza-se amanhã, sexta-feira, a partir das 21 horas no Centro de Trabalho Vitória. O primeiro ponto da ordem de trabalhos é a discussão das Teses e o segundo a eleição dos delegados do Sector à Conferência Nacional.

Organização concelhia de Almada

«Por uma grande vitória eleitoral» — este o lema do plenário de quadros convocado pela organização concelhia de Almada do PCP para o próximo sábado, às 15 horas, no salão da Academia Almadense. Serão analisadas e discutidas as seguintes questões:

• Eleições e situação política — definição dos objectivos eleitorais no concelho e do estilo de campanha a desenvolver; as tarefas que se colocam aos militantes comunistas; a situação política actual. Este plenário contará com a presença de todos os camaradas pertencentes a organismos de direcção, de células de empresas, locais e freguesias, assim como de outras frentes de trabalho. Também participam os camaradas Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e João Pedro, da DORS, além dos membros da Comissão Concelhia de Almada do PCP.

Construção civil

— reunião no CT do Carregado

No Centro de Trabalho do Carregado, vai realizar-se no próximo sábado, entre as 15 e as 18 horas, uma reunião de militantes do Partido que trabalham na Construção Civil — informa o organismo dos concelhos do Norte da Organização Regional de Lisboa do PCP.

Na ordem de trabalhos: organização do Partido para o sector, situação sindical e situação política.

4.ª Zona do CLL

A situação política, as eleições de 25 de Abril e a eleição dos delegados à Conferência Nacional do Partido de 5 de Março — são os temas que estarão em foco no plenário da organização da 4.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, que se realiza amanhã, às 21 e 30, no salão da Junta de Freguesia de S. João (à Praça Paiva Couceiro).

Participará o camarada Martins Coelho, membro do Comité Central do PCP.

Trabalhadores do sector bancário

As células de trabalhadores bancários comunistas de Lisboa reúnem-se em plenários para discussão das Teses e eleição dos delegados à conferência Nacional de 5 de Março. Esses plenários realizam-se no Centro de Trabalho do Chiado, de acordo com a seguinte agenda:

Hoje, célula da Caixa Geral de Depósitos; Amanhã, Banco Português do Atlântico e Banco Borges & Irmão; Dia 28, Banco Nacional Ultramarino; Dia 29, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. As células da

da Liberdade, um plenário de células, com a participação de comunistas do Crédito Real Português, Banco de Portugal, Montepio Geral e Banco Fonseca & Burnay.

Freguesia de Vialonga

No próximo dia 4 de Março, realiza-se nas instalações da Casa do Povo um plenário de militantes comunistas de Vialonga (V. Franca de Xira), por iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP. O plenário está marcado para as 21 horas.

No dia 6 de Março, no barracão do Reboxo, em Vialonga, efectua-se um almoço-conívio de elementos da APU, aberto a todos os democratas.

Seguros

Para apreciação e debates das Teses para a Conferência Nacional de 5 de Março, vai efectuar-se no próximo dia 2 de Março (4.ª Feira), no Centro de Trabalho da Avenida da Liberdade, com início às 17 e 30, um Plenário da Organização de Seguros no qual serão eleitos os delegados pela Organização à Conferência, assim como ratificados os convidados indigitados pelas diversas células.

Células da CDL e Caminho

As células da CDL e Caminho levam a efeito no próximo dia 2 de Março, no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, um plenário de organização, no qual serão analisadas e debatidas as Teses para a Conferência Nacional do Partido.

Catuja e Paço d'Arcos

A actual situação política e a próxima eleição para a Assembleia da República constituem o tema da sessão de esclarecimento a realizar hoje às 21 horas no Catuja. Participa nesta sessão Abol Inglês, membro do Comité Central do PCP.

No sábado, pelas 15 horas, Aurélio Santos, do Comité Central do PCP, participa num comício em Paço de Arcos. Promovido pela Comissão Concelhia de Oeiras, o comício realiza-se no salão do Clube Desportivo de Paço de Arcos.

À-dos-Loucos Alhandra e V. Franca

Os militantes comunistas de À-dos-Loucos reúnem-se amanhã em plenário para análise e debate da situação política. A discussão das Teses para a Conferência Nacional e a eleição de delegados e convidados são pontos centrais da ordem de trabalhos do plenário, que decorrerá na garagem da Dália, a partir das 21 horas. No sábado, com o mesmo objectivo, efectua-se um plenário de militantes em Alhandra, nas instalações do Centro de Trabalho do PCP. À mesma hora, no CT de Vila Franca de Xira, os quadros comunistas da freguesia reúnem-se para analisar a situação política e definir tarefas. Participará o camarada Abílio Martins, membro do Comité Central.

Zita Seabra visita o distrito de Aveiro

A camarada Zita Seabra, do Comité Central, visita, a partir de hoje até segunda-feira, o distrito de Aveiro, como primeira candidata da lista APU por aquele círculo eleitoral.

Do programa, destacamos: hoje, às 10 horas, partida de lancha pela ria de Aveiro, com chegada a S. Jacinto. Esta travessia deve-se ao mau estado da estrada, problema principal desta população. Às 11 horas, visita ao Estaleiro de S. Jacinto, contacto com os trabalhadores, almoço e reunião com os órgãos representativos dos trabalhadores para análise da situação da empresa. Mais tarde, contacto com a população, para melhor conhecimento dos problemas locais, e às 21 e 30, sessão de esclarecimento no salão cultural.

Sexta-feira: este dia será todo dedicado a Espinho. Às 10 horas, visita à fábrica Lopes da Cruz, onde as trabalhadoras têm o salário em atraso há mais de meio ano; às 11 horas, à fábrica têxtil «Fontes»; às 15 horas, ao hospital concelhio (Misericórdia); às 16 e 30, encontro com os organismos autárquicos de Espinho, estando previsto um encontro com o Presidente da Câmara e restante vereação; às 19 h, encontro com a Imprensa Regional; às 21 e 30, sessão em

Lourosa. Simultaneamente, o camarada Manuel Matos, segundo candidato, estará numa sessão na Casa do Povo de Arrifana.

Sábado: às 9 horas, visita ao mercado de Oliveira de Azeméis; à tarde, participação na reunião distrital de quadros

da JCP; às 17 horas, visita a Esmoriz (bairro social e Campo Grande). Às 21 horas, sessão de esclarecimento em Águeda.

Domingo: às 15 horas, reunião da lista dos candidatos do distrito de Aveiro.

Segunda-feira: conferência de imprensa, às 17 e 30.

AS TESES DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PARA AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

DEBATE ABERTO COM ÂNGELO VELOSO

6.ª feira/25 Fevereiro/21.30 h. Salão da Junta de Freguesia do Bonfim

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP



Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, cabeça de lista da APU pelo distrito de Leiria



Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, cabeça de lista da APU pelo distrito do Porto



Angelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP, candidato da APU pelo distrito do Porto



Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP, cabeça de lista da APU pelo distrito de Coimbra



Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, candidato da APU pelo círculo de Lisboa



Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, cabeça de lista da APU pelo distrito de Santarém



Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, cabeça de lista da APU pelo distrito de Setúbal



Raimundo Cabral, membro do Secretariado do CC do PCP, candidato APU pelo distrito de Santarém



Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, cabeça de lista da APU pelo distrito de Faro



José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC do PCP, candidato da APU pelo distrito de Setúbal

PCP

DELEGAÇÃO DO PCP VISITA A ETIÓPIA SOCIALISTA

Chegou anteontem a Lisboa a delegação do PCP chefiada por Álvaro Cunhal, secretário-geral, e integrando Albano Nunes, membro do CC do PCP e responsável da Secção Internacional, que se deslocou à Etiópia Socialista em visita oficial de cerca de uma semana a convite do Presidente Mengistu Haile Mariam e da Comissão Organizadora do Partido dos Trabalhadores da Etiópia.

A delegação comunista era aguardada pela imprensa na sala dos VIPs do aeroporto de Lisboa, tendo o secretário-geral do PCP respondido a algumas questões que lhe foram coloca-

das, nomeadamente sobre a visita e a actual situação política portuguesa.

Quanto à deslocação oficial de uma delegação do PCP à Etiópia Socialista o camarada Álvaro Cunhal informaria tratar-se de um convite antigo do Presidente Mengistu Haile Mariam e da Comissão Organizadora do Partido da Etiópia, cuja concretização seria várias vezes adiada «porque a situação política portuguesa não nos deu uma abertura».

Falando da Revolução etíope, o secretário-geral do PCP considerá-la uma grande re-

volução africana, já com grandes sucessos, tanto mais relevantes quanto se deram a partir de um estágio de desenvolvimento muito atrasado. Reafirmaria a propósito as grandes campanhas de alfabetização em curso na Etiópia, exemplo para o nosso País, onde tal problema não é enfrentado convenientemente.

Dois grandes comícios de amizade, inúmeras visitas a cooperativas e vários empreendimentos, no cumprimento de um programa muito cheio onde muito se andou através de um país imenso (mais de um milhão de km²) e com naturais

difficultades de transporte, foram outros aspectos realçados por Álvaro Cunhal sobre a visita à Etiópia Socialista, que culminaria com a assinatura de um acordo que estabeleça várias formas de cooperação, fundamentalmente política, como troca de experiências e opiniões entre o PCP e a Comissão Organizadora do Partido dos Trabalhadores da Etiópia.

Questionado sobre duas questões de âmbito nacional — a falada proposta de Balsemão na moção que vai apresentar ao congresso do PPD/PSD para a criação de uma «con-

vergência democrática» e um acordo de «solidariedade nacional» entre os partidos da «AD» e o PS, e ainda sobre a vitória de Lucas Pires e Adriano Moreira no congresso do CDS — o secretário-geral do PCP recordaria que chegara há minutos ao País, pelo que não tinha informações nem trocava impressões com outros camaradas sobre tais assuntos; no entanto em relação ao primeiro, a «convergência democrática», e atendendo-se à formulação avançada pelo jornalista que fez a pergunta, consideraria tratar-se de mais um esforço para salvar a



A delegação do PCP, composta pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e pelo camarada Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional, durante as conversações com o camarada Berhanu Bayih, membro do Comité Permanente do CMAP e do Comité Executivo do COPTE, ladeado por outros camaradas etíopes

«AD», agora com a ajuda do PS.

Nesta página publicamos o comunicado conjunto saído do encontro entre as delegações do COPTE e do PCP e variada documentação fotográfica da visita da delegação portuguesa à Etiópia.



A imprensa etíope deu largo destaque à visita da delegação do PCP

Comunicado conjunto COPTE-PCP

1. A convite do Comité Central da Comissão Organizadora do Partido dos Trabalhadores da Etiópia, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, composta pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário Geral do PCP e pelo camarada Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional, visitou a Etiópia de 16 a 21 de Fevereiro de 1983.

A delegação etíope (*)

1. A delegação foi recebida pelo camarada Mengistu Haile Mariam, Presidente do Comité Militar Administrativo Provisório (CMAP) e do COPTE, e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Revolucionárias.
2. A delegação teve conversações com o camarada Berhanu Bayih, membro do Comité Permanente do CMAP e do Comité Executivo do COPTE, na sede do Comité Central do COPTE, num ambiente de fraternal camaradagem. Pelo lado etíope, para além do camarada Berhanu Bayih, participaram também os camaradas:
 - Wubshet Dasse, membro do Comité Permanente do CMAP e do Comité Central do COPTE;
 - Girma Neway, membro do CC do COPTE e Chefe da Divisão de Agitação e Propaganda do Departamento para o trabalho ideológico;
 - Wondimu Robi, membro suplente do CC do COPTE e Chefe da Divisão para a Juventude do Departamento das Questões de Organização;
 - Tefera Shawl, Vice-Director do «Serto Ader»;
 - Habte Mariam Seyown, vice-chefe do Departamento de Relações Externas;
 - Paulos Dekin, chefe de divisão do Departamento de Relações Externas;
 - Tafesse Work Wondimu, chefe de divisão do Departamento de Relações Externas.

As conversações

4. Durante as conversações, as duas delegações efectuaram uma ampla troca de informações e opiniões acerca da situação nos dois países e a actividade das duas organizações, e examinaram aspectos da actual situação internacional incluindo problemas do movimento comunista e revolucionário mundial.
5. As duas delegações expressaram a sua satisfação pelo desenvolvimento frutuoso das relações entre o COPTE e o PCP, baseadas nos princípios do internacionalismo proletário e que são expressão dos ideais comuns e da firme solidariedade da classe operária e dos povos etíope e portugueses.
6. Evocando a posição solidária desde o primeiro momento tomada pelos comunistas portugueses para com a revolução etíope, a delegação do PCP sublinhou a grande importância desta revolução e a sua significativa contribuição para a mudança na correlação mundial de forças.

A delegação do PCP expressou firme apoio e solidariedade à luta conduzida pelo COPTE, o povo etíope, a Etiópia Socialista, para consolidar e desenvolver as conquistas históricas da revolução, defender a independência, soberania e integridade territorial do país das ameaças e agressões externas, edificar o partido de vanguarda marxista-leninista, construir a sociedade socialista.

7. A delegação do PCP deu uma informação acerca do desenvolvimento do processo revolucionário português após 25 de Abril de 1974, particularmente no respeitante à liquidação dos monopólios com a nacionalização da banca e outros sectores básicos da economia, à Reforma Agrária, aos amplos direitos e liberdades conquistados pelos trabalhadores. Pôs em relevo o papel determinante da classe operária e das massas populares na conquista e defesa das transformações revolucionárias. A delegação do PCP informou acerca da luta corajosa da classe operária e das massas populares fazendo frente à ofensiva que nos últimos sete anos as forças reaccionárias desenvolveram contra as conquistas da revolução. E pôs em relevo a grande vitória recentemente alcançada com a demissão do governo reaccionário, a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas no próximo mês de Abril, as quais abrem perspectivas a uma viragem democrática na vida nacional.

8. A delegação do COPTE expressou o seu apreço pela actuação firme do PCP em defesa das conquistas revolucionárias do povo português. Durante as conversações, a delegação do COPTE informou a delegação do PCP sobre as actividades do COPTE desde o primeiro Congresso e as resoluções do histórico 2.º Congresso do COPTE, especialmente, nos domínios da formação do partido, assuntos económicos e sociais, relações internacionais e defesa nacional.

Questões internacionais

9. As duas delegações examinaram também as questões mais candentes da situação internacional.
10. As duas delegações condenaram firmemente a política de guerra e agressão conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos círculos mais reaccionários da NATO que constitui uma ameaça para a paz e a segurança internacionais.
11. As duas delegações condenaram também firmemente a corrida aos armamentos conduzida pelo imperialismo e apelaram à luta pela limitação e redução dos armamentos, e em primeiro lugar os de destruição massiva. Opõem-se à instalação dos novos mísseis nucleares na Europa. Sublinharam a grande importância das iniciativas de paz da URSS e outros países socialistas.
12. As duas delegações condenaram a política de intervenção e agressão praticada pelos EUA na região do Mar Vermelho, Corno de África, África Austral, Médio Oriente, Oceano Índico, América Central e Caraíbas.

Sublinharam que o estabelecimento de novas bases militares e o reforço das existentes, a concentração de poderosas forças navais, os objectivos agressivos da «Força de Intervenção Rápida», o apoio a regimes reaccionários e as ameaças e conspirações contra a Etiópia e outros governos progressistas constitui grave perigo para a paz e a segurança internacionais.

11. As duas delegações expressaram a sua solidariedade de para com os povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o fascismo e o racismo.

Condenaram firmemente a agressão de Israel no Líbano. Expressaram a sua solidariedade para com os povos da Namíbia, África do Sul e dos Estados da Linha da Frente na sua luta contra os racistas sul-africanos e seus apoiantes.

Expressaram o seu apoio à luta da Organização de Libertação da Palestina (OLP) e do povo palestiniano pela autodeterminação e a edificação do seu próprio Estado independente.

12. O COPTE e o PCP consideram que a luta pela paz é inseparável da luta pela independência nacional, o progresso social e o socialismo.

As duas delegações sublinharam a importância na época actual de fortalecer a unidade e a amizade existentes entre a URSS e outros países socialistas, os países progressistas, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Relações PCP-COPTE

13. As duas delegações consideram que a visita da delegação do PCP à Etiópia constitui uma nova expressão da fraternidade, cooperação e unidade existentes entre o COPTE e o PCP. Estas relações, que ambas as delegações de propõem estreitar ainda mais, e que se baseiam nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, são a melhor garantia para o reforço das relações de amizade entre os dois povos e os dois países.

14. A delegação do PCP realizou ainda um encontro com o camarada Legesse Asfaw, membro do Comité Permanente do CMAP e do Comité Executivo do COPTE.

Visita à Etiópia

15. Durante a sua estadia a delegação do PCP visitou a Região Administrativa do Gojam onde foi fraternalmente recebida pelo camarada Kassaye Aragaw, representante regional do COPTE e pelos dirigentes e representantes das entidades governamentais e das organizações de massas.

O programa incluiu visitas às duas maiores cidades da região, Debre-Marcos e Bahr-Dar e seus arredores. A delegação do PCP visitou as cooperativas agrícolas «Yet Nura Farmers Producers Cooperative» no distrito de Dejen, a «Inebi Farmers Producers Cooperative» no distrito de Awbel, a «Ahuri Farmers Producers Cooperative» no distrito de



Os camaradas Álvaro Cunhal e Berhanu Bayih assinam um acordo de cooperação entre o COPTE (Comissão Organizadora do Partido dos Trabalhadores da Etiópia) e o Partido Comunista Português



«Bem-vinda a delegação do PCP», dizem, em caracteres etíopes, os cartazes que os camponeses de Andassa empunham na recepção preparada aos camaradas Álvaro Cunhal e Albano Nunes



Um aspecto do acolhimento entusiástico dispensado à delegação do PCP num comício realizado em Bahr-Dar



O presidente de uma das cooperativas agrícolas visitadas, a «Yet Nura Farmers» explica aos camaradas portugueses os resultados obtidos com o novo modo de produção



O grupo de canto e danças da cooperativa Ahuri, actuando na recepção dispensada à delegação do PCP



Actuação do grupo de canto e danças da cooperativa «Inebi»

(*) Subtitulos da responsabilidade da Redacção

PCP

Álvaro Cunhal nos distritos de C. Branco e Portalegre

Amanhã: C. Branco, 21.30 h, ginásio do liceu, sessão.
Sábado: Fundão, 15 h, Casino Fundanense, sessão.
Sábado: Covilhã, 21 h, Cine-Teatro, comício-sessão.
Domingo: Avis, 12.30 h, encontro com a população.
Domingo: Campo Maior, 16 h, comício.
Domingo: Fronteira, 18 h, comício.
Domingo: Ponte de Sôr, 20.30 h, sessão.

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, desloca-se neste próximo fim-de-semana a várias localidades dos distritos de Castelo Branco e Portalegre. Assim, amanhã e sábado, participa em sessões públicas organizadas pelo Partido nas cidades de Castelo Branco e Covilhã e na vila do Fundão. No domingo, dia 27, Álvaro Cunhal estará nas seguintes localidades do distrito de Portalegre: Avis, Campo Maior, Fronteiras e Ponte de Sor.

Cascais

Encontro de militantes no próximo domingo

Na sua última reunião plenária, a Comissão Concelhia de Cascais do PCP decidiu convocar para o próximo domingo, dia 27, às 15 horas, um Encontro de Militantes, cujos trabalhos decorrerão no Pavilhão dos Congressos, no Estoril. A iniciativa tem como principais objectivos a discussão final das Teses e a eleição dos delegados e convidados à Conferência Nacional do Partido de 5 de Março. Estará presente no Encontro o camarada Aboim Inglês, membro do CC. No final dos trabalhos haverá um convívio aberto a familiares e amigos, com exibição dum filme, variedades e serviço de bar.

Reuniões em Matosinhos

Amanhã, às 21 e 30, no CT de Matosinhos, plenário de activistas e simpatizantes da APU residentes na freguesia de Matosinhos, para a discussão de trabalho autárquico e próximas eleições legislativas. Sábado, dia 26, às 21 e 30, na Escola Preparatória de Leça da Palmeira, reunião plenária de militantes comunistas de Leça da Palmeira para discussão da situação política actual e tarefas daí decorrentes. Esta reunião terá a participação do camarada Vidal Pinto, da DORP e do CC. Dia 27 de Fevereiro, (domingo) às 15 horas, no CT da Boavista, reunião de militantes do sector têxtil/Matosinhos, para discussão da situação política e tarefas imediatas, com Vidal Pinto.

Santarém

Hoje: em Almeirim, no CT, reunião plenária de operários agrícolas. Amanhã, sexta-feira: às 21 horas, reuniões em Almoester, Pombalinho, Alcancões, Pernes, Carregueiros, Charneca da Peralva e na cidade de Santarém. Sábado: às 15 horas em Abrantes e à noite em Sardoal, Chamusca, Benavente, (com camaradas operários agrícolas), Vale de Santarém, Pedreira e Tomar. Domingo: às 16 horas, reuniões em Golegã, Foros de

Almada e Benavente: à noite, reunião na Barrosa e em Vale de Cavalos. Ainda no Domingo, a partir das 10 e das 17 horas, dois encontros da JCP nas instalações do Mouchão do Inglês com a participação do camarada Raimundo Cabral. Na segunda-feira: reunião da célula da Cooperativa de Volta do Vale de Coruche. Na Terça-feira realiza-se às 21 horas no Centro de Trabalho de Tomar uma reunião da célula da MDF.

8.ª Zona do CLL Plenário nos Olivais

Questões de organização (particularmente relacionadas com as células de empresa), campanha eleitoral e eleição de delegados à Conferência do Partido — estes são os principais assuntos a tratar no plenário de militantes da 8.ª zona do CLL/Olivais, que decorrerá no próximo sábado, dia 26, a partir das 14 e 30, na Escola Preparatória Fernando Pessoa. Participará o camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Sessão em Benfica

Promovida pelo organismo de direcção da 5.ª zona do Comité Local de Lisboa (CLL), realiza-se no próximo sábado, dia 26, uma sessão de esclarecimento para a população do Calhariz de Benfica e Bairro da Boavista, na qual participará o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. A sessão está marcada para as 16 e 30, no Grupo Desportivo do Calhariz.

Leirosa e Buarcos

No próximo sábado, dia 26, vão realizar-se sessões do Partido na Leirosa, às 15 horas, com o deputado João Abrantes, e em Buarcos, às 21 e 30, localidades do concelho da Figueira da Foz. No domingo, dia 27, decorrerá um almoço comemorativo do aniversário do PCP no concelho de Montemor-o-Velho.

Sarilhos Grandes Montijo e Canha — plenários

A organização do PCP na freguesia de Sarilhos Grandes realiza amanhã, às 21 horas, um plenário de quadros comunistas em que serão discutidas as Teses para a Conferência Nacional e eleitos os seus delegados. A preparação da campanha eleitoral e a política de fundos serão também temas em foco. No sábado, decorrerá um plenário concelhio de fundos no CT do Montijo, a partir das 14 e 30. No Centro de Trabalho de Canha, com início às 15 horas, realiza-se um plenário da organização do PCP dessa freguesia. Na ordem de trabalhos, as eleições de 25 de Abril.

Laranjeiro

No âmbito das comemorações do 62.º aniversário do Partido, realiza-se no dia 6 de Março no Laranjeiro (Almada) uma iniciativa da Comissão Local do PCP que incluirá a passagem dum filme e intervenção alusiva à efeméride e à situação política actual. A sessão decorrerá nas instalações do Centro de Trabalho do Laranjeiro.

Lisboa A situação nas autarquias e nas empresas da cidade

«A situação nas empresas de Lisboa espelha a profunda crise económica, social e política para a qual a 'AD' arrastou o País» — salienta o plenário do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, que reuniu recentemente para análise daquela questão e também da situação nas autarquias da cidade, situação política e preparação das eleições de 25 de Abril.

No documento das conclusões, o CLL, referindo-se aos graves problemas que afectam numerosas empresas da região de Lisboa, chama a atenção para as dezenas de empresas em situação económica difícil, casos da Petrogal, B. Russo, UTIC, FAPAE, Lisnave, CIPC, entre outras; para as centenas de pequenas empresas comerciais e industriais que estão à beira da falência; para os ataques a tentativas de desmantelamento das empresas nacionalizadas e intervencionadas; para os milhares de trabalhadores com salários em atraso; e para a ameaça de não pagamento de salários nos próximos meses em várias empresas, nomeadamente B. Russo,

Regojo, Regojo, Laboratório Militar, etc.

Sobre a situação nas autarquias de Lisboa, o Comité Local salienta:

«A maioria das autarquias recém-eleitas encontram-se já no desempenho do seu novo mandato.

As primeiras iniciativas da APU na CML (proposta de criação de um Gabinete de Planeamento, defesa da Avenida da Liberdade, transformação da Praça do Comércio em lugar de descanso e recreio, etc.) confirmam o respeito pelos compromissos assumidos com a população, a competência e a capacidade de trabalho dos eleitos APU.

3.ª Assembleia da Organização dos Quadros Técnicos da ORL

Realizou-se no passado dia 19, no CT Vitória, a 3.ª Assembleia da Organização dos Quadros Técnicos do Sector Intelectual da ORL de Lisboa, que culminou uma actividade preparatória desenvolvida pelas respectivas células. Os mais de 70 delegados eleitos (engenheiros, engenheiros técnicos, economistas, arquitectos, juristas, psicólogos, investigadores científicos, informáticos e outros técnicos), bem como diversos convidados de outros sectores, organizações e células de empresa, debateram os documentos apresentados, com grande vivacidade, registando-se no debate as intervenções de 40 delegados e de 5 convidados.

Foi realizada uma análise da situação actual dos quadros técnicos, seus problemas e reivindicações, a acção das suas organizações sindicais, profissionais, científicas e outras, as suas relações com os outros trabalhadores, a situação política actual e as perspectivas abertas, com a dissolução da AR e a marcação de eleições, para uma nova política que defenda os interesses do Povo, que promova o desenvolvimento e a consolidação da democracia e da independência nacional.

A Assembleia aprovou o Relatório de Actividades, uma Resolução sobre o futuro trabalho do sector e várias moções tendo sido eleito o novo organismo de direcção e os delegados à Conferência Nacional de 5 de Março. No final, o camarada Aboim Inglês, do CC e da DORL, referiu-se às condições objectivas e subjectivas em que se encontram os quadros técnicos nos dias de hoje e às perspectivas de evolução da sua situação política actual e saudou o espírito aberto, voltado para os problemas das massas, a liberdade de discussão, a unidade, a camaraderagem e a confiança no futuro com que tinham decorrido os trabalhos da Assembleia.

Açores

A situação e as tarefas

Realizou-se, nos passados dias 19 e 20, em Ponta Delgada, uma reunião plenária da Direcção da Organização do Governo Regional dos Açores (DORAA) do PCP.

Nesta sua reunião, a DORAA analisou a composição da lista de candidatos da APU ao círculo eleitoral da Região Autónoma dos Açores, tendo decidido proceder, ainda, a mais algumas consultas com elementos do MDP/CDE e com independentes apoiantes da APU. Nesta medida, a composição da lista só será divulgada no fim da semana.

A DORAA decidiu que a delegação da organização regional à Conferência Nacional de 5 de Março, constituída por cinco militantes, seja formada por delegados de S. Miguel, Terceira, Pico, Faial e Flores.

A DORAA aprovou um conjunto de medidas tendentes ao lançamento, em Março, de uma intensa pré-campanha eleitoral na região.

Foram também definidos as linhas gerais das orientações específicas da região, no que respeita à condução política e prática da campanha eleitoral.

A DORAA analisou o balanço das actividades do PCP na região em 1982 e aprovou um plano de actividades para 1983.

Finalmente, aprovou um documento intitulado «Pela Resolução da Crise Política Nacional — Pela Clarificação da Situação Política Regional», no qual, a par de alguns considerandos sobre a actual política nacional e sobre a necessidade de se encontrar uma saída democrática para a crise económica, social e política que se vive, se procede a uma caracterização da actividade do governo regional dos Açores e se analisa a actividade das forças em presença na Região.

No documento considera-se que a presente situação na Região Autónoma é caracterizada por uma situação de potencial ruptura financeira regional, pelo agravamento da exploração da força de trabalho, pela intensificação da repressão laboral, pelo aumento desenfreado do custo de bens e serviços de primeira necessidade, pela restrição acentuada de regalias no campo da assistência social, pelo desenvolvimento de políticas sectoriais altamente evasivas dos interesses dos pequenos e médios lavradores e comerciantes, pela abertura de im-

portantes áreas da economia regional à voracidade de grupos estrangeiros e pela completa subserviência do Governo Regional em relação aos desígnios belicistas do imperialismo.

Após esta caracterização, a DORAA afirma que «a política do Governo Regional do PSD não só está na mesma linha reaccionária da política da AD, como agravou, ela própria, em muito, a situação económica e social na Região Autónoma dos Açores».

Referindo-se ao recente pedido do Governo Regional para que a Assembleia Regional realize um inquérito à alegados casos de corrupção na administração regional, a DORAA do PCP «declara, firmemente, que quando se verificarem as necessárias condições de isenção e imparcialidade para que possa ser feito um sério apuramento das acções de corrupção em certas áreas da administração regional, ficarão muito claras a natureza e os objectivos de muitos dos actuais detentores de cargos públicos».

Referindo-se à actividade do PSD e do Governo Regional, a DORAA afirma que «enquanto as principais figuras do PSD/Açores se esforçam por obter uma imagem nacional de certa abertura política, continuam, na prática política diária na região, apegados aos métodos burocráticos e de formação de clientelas políticas».

Referindo-se à actuação da direcção regional do PS, a DORAA afirma que «esquecendo-se dos mais elementares princípios pluralistas, a direcção do PS na região, procura, usando processos ilegítimos, limitar a actividade do PCP e da APU, facilitando assim, objectivamente, a manutenção da hegemonia do PSD/A».



Distrito de Setúbal Eleger o 10.º deputado Ultrapassar os 200 mil votos

Cerca de 226 quadros comunistas do distrito de Setúbal aprovaram por aclamação as linhas gerais do esforço a desenvolver durante a campanha das próximas eleições para a Assembleia da República.

No documento aprovado no sábado passado, no Clube dos Ferrovários do Barreiro, afirma-se que a campanha eleitoral vai continuar a apoiar-se no contacto directo com os trabalhadores e a população, com

vista «a garantir o reforço das posições da APU na AR e criar condições para a participação do PCP no Governo». Neste contexto, os objectivos dos comunistas de Setúbal são a eleição do 10.º deputado APU e

vencer a barreira do 200 mil votos em todo o distrito. Na mesa dos trabalhos, além de todos os membros da DORS, esteve presente Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP. O plenário distrital aprovou por aclamação moções de «saudação ao 4.º Congresso da CGTP-Im», «sobre os resultados das eleições autárquicas e os objectivos distritais para as próximas eleições» e «sobre a situação social e política».

Distrito de Portalegre Trabalhar para que o PCP/APU seja a 1.ª força política

No passado dia 20 realizou-se em Avis uma reunião de quadros do PCP do distrito de Portalegre que, para além dos 100 quadros presentes, contou ainda com a participação do camarada Dinis Miranda, membro da Comissão Política do CC e Diamantino dias, membro suplente do CC.

De acordo com a reunião de quadros foram traçados como objectivos centrais: obter a eleição do 2.º deputado e trabalhar para sermos a 1.ª força política do distrito. São objectivos que exigem

trabalho de todas as organizações. É necessário fazer uma campanha diversificada dando grande importância ao contacto directo com as pessoas não esquecendo a ida aos locais de trabalho. Foi sublinhado na reunião que estes objectivos têm em conta as propostas do CC do partido com vista ao reforço da votação na APU e do número de deputados na AR.

despesas desta importante batalha política. O executivo do CDP apresentou uma proposta de lista de candidaturas que foi aprovada. Os dois primeiros elementos da lista são os camaradas: Joaquim António Miranda, economista, deputado, membro da Comissão Política Distrital de Portalegre do PCP e eleito na AM de Portalegre; e Moisés Belo Calado, operário agrícola, membro do CC do PCP e membro da DORA.

Juventude

Manifesto da JCP Encarar com decisão a batalha eleitoral Mais jovens candidatos nas listas da APU

«Encarar com decisão a batalha eleitoral» — uma necessidade imperiosa do momento destacada pela Comissão Central da Juventude Comunista-Portuguesa (JCP) no Manifesto que aprovou na sua reunião do passado dia 20 e que foi, depois, divulgado em conferência de imprensa na última segunda-feira, em Lisboa. Presentes no encontro com os jornalistas três elementos da CC da JCP: Paulo Areosa, do Executivo e do Secretariado; José António Capucho, do Executivo; e Madalena Santos. Paulo Areosa expôs em breves palavras a análise dos jovens comunistas à situação actual («estão criadas condições que possibilitam uma viragem democrática») e referiu-se ao poderoso e dinâmico movimento de luta e acção dos diversos sectores da juventude, nomeadamente dos jovens trabalhadores e dos jovens estudantes

do Secundário, 12.º ano e Universidade. «É tempo, agora, de continuar a luta e fazer ouvir as reivindicações juvenis. É tempo de mudanças favoráveis aos trabalhadores e à juventude», sublinha, entretanto, o Manifesto dos jovens comunistas, que faz um rápido mas significativo balanço do que têm representado para a juventude sete anos de política de direita, «com o PSD, com o CDS e mesmo com o PS no Governo», partidos que «sozinhos ou aliados são incapazes de resolver os problemas». Salienta, a propósito, o Manifesto da JCP: «Nos últimos anos a juventude sofreu na pele não só o agravamento das condições de vida e a ofensiva contra as liberdades e a democracia que afectaram todo o povo português, mas também medidas marcadamente anti-juvenis,

como a lei dos contratos a prazo (do governo PS), a lei dos despedimentos (da 'AD'), o propedéutico (de Cardia), 12.º ano (de Crespo e Fráuto)». «A juventude foi esquecida e marginalizada, privada da realização profissional e de uma perspectiva de confiança no futuro. «Agora é tempo de afirmar que os problemas dos jovens têm solução. Mas é preciso conhecê-los, estudá-los, solucione-os, trabalhar para eles. «Os comunistas já demonstraram, quer quando tiveram

norria na AR. O PS, para além de não poder atingir a maioria absoluta, não constituir por si só, ou aliado aos partidos de direita, uma alternativa democrática». A posição dos jovens comunistas face à campanha da APU é assim definida: «A JCP prepara-se para uma participação entusiástica na campanha. «Os candidatos da Juventude Comunista nas listas da APU são porta-vozes responsáveis das reivindicações juve-

A juventude lutou e vê na vitória alcançada pelo povo, pela democracia, a sua vitória. A juventude esteve na batalha e pode concluir — Vale a Pena Lutar!

As datas de 24 de Março, dia do estudante, e de 28 de Março, dia da juventude, ficarão assinaladas por acções diversas a nível nacional centradas na exigência de uma nova política que dê resposta às aspirações da juventude.

responsabilidades ministeriais, quer na gestão das autarquias, que estão atentos aos problemas juvenis, que têm soluções, que têm vontade, que sabem trabalhar para as pôr em prática. «Só uma nova política e um governo democrático com a participação do PCP, pode ultrapassar a crise e resolver os problemas do País e da juventude. «A batalha eleitoral que se aproxima é decisiva. Para que uma alternativa democrática seja possível é indispensável um aumento considerável da votação na APU e do número de deputados do PCP e dos seus aliados. «A 25 de Abril é possível e previsível reduzir a 'AD' e os seus partidos à situação de mi-

nis. Como deputados na AR cumprirão com os seus compromissos. «A APU é já hoje uma ampla frente unitária no campo juvenil. Milhares de jovens, sendo ou não militantes da JCP, participarão nas acções de esclarecimento e de contacto com a juventude. A presença da juventude dará mais uma vez à candidatura APU a dinâmica, o entusiasmo e a alegria próprios dos jovens». Respondendo a uma questão levantada por um jornalista, Paulo Areosa sublinhou que as listas da APU registam um aumento muito significativo de jovens candidatos em todos os círculos, prevendo-se um reforço da representação da juventude no futuro Grupo Parlamentar do PCP.

Sábado Comício-festa no Teatro Villaret

Juventude Comunista Portuguesa (JCP) realiza no próximo sábado, dia 26, um comício-festa no Teatro Villaret, em Lisboa, que decorrerá sob o lema «Pela Paz, por Abril».

O camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, intervirá nesta iniciativa dos jovens comunistas.

Para o espectáculo da festa, onde a música popular portuguesa marcará forte presença, estão já asseguradas as participações da Brigada Vitor Jara e da Banda Almondéga.

Constituirá a «ponta de lança» do trabalho eleitoral da juventude na zona de Lisboa — este o objectivo do 1.º comício da JCP, momento histórico na vida da organização. Mais do que um comício, uma festa, uma jornada de convívio, será uma iniciativa diferente, que Lisboa nunca viu: a luta política nas intervenções de vários jovens, o diapasivo, a utilização do vídeo, as exposições, a música gravada e ao vivo. É no Villaret, na Fontes Pereira de Melo. E começa às 15 horas.

Encontro em Alpiarça

Está marcado para o próximo dia 27, na vila de Alpiarça, o 2.º Encontro Distrital de Santarém da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), que decorrerá sob o lema «Defender Abril, Reforçar a JCP». Os trabalhos preparatórios da importante iniciativa dos jovens comunistas da região de Santarém entraram agora numa fase derradeira, com a conclusão do intenso debate preparatório, das questões técnicas relacionadas com a montagem e implantação do Encontro, eleição de delegados, preparação dos convites, etc.

Poder local

A seca existe e o Governo mete água

— conferência de eleitos comunistas aponta medidas para resolver problemas

Mas que seca? Aquela que costuma servir os interesses dos governos reaccionários para estes lhe deitarem por cima todas as culpas da má governação? Ou a verdadeira seca cujos resultados se fazem esperar mais que quando aparecem, podem tornar-se dramáticos? É desta última que falamos, reduzindo-a porém às suas consequências no abastecimento de água e energia no distrito de Lisboa. A capital e os concelhos limítrofes, através de eleitos comunistas nas respectivas autarquias, disse, em conferência de imprensa, o que tem sido a seca, o que vai ser, as soluções que poderiam ter sido e devem ser adoptadas.

Eleitos comunistas nas Câmaras de Lisboa, Loures, Amadora, Vila Franca de Xira, Azambuja, Sintra, Oeiras e Cascais, passaram na passada segunda-feira, em conferência de imprensa para o facto de o ano que corre ser um ano extremamente seco. Comparando os valores pluviométricos registados de Outubro de 82 a Janeiro de 1933 com valores respeitantes a períodos equivalentes de anos anteriores, verificou-se que tais valores não atingiram os registados em anos extremamente secos como 44/45 ou 75/76. Apenas podem comparar-se ao do ano 80/81.

«As consequências das situações de seca verificadas em 1976 e 1981», afirmaram os eleitos APU, «ainda não estão ultrapassadas e já defrontamos situações semelhantes, agravada pela proximidade das anteriores».

Por outro lado, adiantaram que, apesar de se ter registado alguma precipitação nos últimos dias, os elementos disponíveis e as previsões meteorológicas apontam para um tempo geralmente seco. «Só muito dificilmente se poderá, em termos de recursos hídricos disponíveis para abastecimento de água, colmatar a quase total ausência de chuvas nos quatro meses já referidos».

Mas não é só no abastecimento de água que os reflexos da seca irão recair. Também no fornecimento de energia. Toda a gente se lembra — e foi lembrado na conferência de imprensa — dos «cortes selvagens» no fornecimento de energia eléctrica, «realizados sob a responsabilidade do Governo PS de então».

Minimizar efeitos

«É possível minimizar os efeitos da seca e impedir a de-

gradação da situação» — foi ainda afirmado. Recordando que a capital e os concelhos limítrofes são abastecidos de água pela EPAL, cabendo a esta empresa pública a distribuição domiciliária (sendo a distribuição nos outros concelhos feita pelos respectivos serviços municipalizados), sublinhou-se o facto de a EPAL, nos últimos anos, pelo Verão, produzir insuficientemente em relação aos consumos que têm vindo a crescer significativamente e não acompanhados pelo crescimento da capacidade produtiva da empresa abastecedora.

«A entrada em funcionamento do sistema do Castelo do Bode, prevista para 1985/86, virá alterar e melhorar esta situação. Resta acrescentar que a entrada em funcionamento do sistema esteve prevista para datas muito anteriores e não há garantias de que mais atrasos se não verifiquem, se não forem tomadas medidas que visem compensar este atraso (novos furos, por exemplo)».

Considerando que os números anunciados apontam, para o próximo Verão, défices da ordem dos 15 por cento, e que tal quebra no abastecimento afectará as populações dos referidos concelhos, que medidas tomar?

Na conferência de imprensa, os eleitos comunistas limitaram-se a recordar medidas que o PCP tem defendido e que são da competência da administração central.

— Prestação de assistência técnica aos serviços gestores do abastecimento de água (elaboração de documentos, divulgação, formação de equipas para prestação de assistência ambulatória).

— Prestação de apoio espe-

cializado para reforço do sistema de controlo das águas, captadas ou distribuídas (tendo em conta a possível deterioração de águas captadas em caudais diminuídos ou a deterioração da mesma tanto em canalizações como nos autotanques).

— Inventariação de material e equipamento existente no país que, interesse mobilizar para combater os efeitos da seca, com definição das prioridades da sua utilização.

— Execução de obras com equipamentos pertencentes aos serviços centrais, considerando eventualmente o recurso a equipamento estrangeiro, emprestado ou alugado.

— Campanha de informação, sensibilização e mobilização pública para a necessidade de poupar água, nomeadamente através da TV, Rádio, jornais de difusão nacional e imprensa regional.

— Definição das medidas de aplicação obrigatória para os grandes consumidores públicos e privados, quer de água quer de energia.

— Concessão de auxílio financeiro às autarquias locais mais afectadas ao abrigo do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais, com elaboração de critérios objectivos para atribuição do auxílio.

— Estabelecimento de contactos com as autoridades espanholas sobre a utilização das águas dos rios internacionais.

Medidas locais

Algumas medidas a nível da administração local já começaram a ser implementadas, so-

breitudo onde a APU é maioritária ou onde a sua influência foi suficiente para levar à concretização de propostas elaboradas por vereadores do Povo Unido. Entretanto, na conferência de imprensa, os eleitos comunistas apresentaram uma lista de acções e medidas que podem e devem ser tomadas a nível local, à frente das quais surge a exigência de aplicação do artigo 16.º da Lei das Finanças Locais uma vez que a própria lei nunca foi aplicada, tendo muito milhares de contos sido roubados às autarquias pelos sucessivos governos «AD».

— Campanhas de sensibilização das populações para a poupança de água, realizadas em colaboração com as organizações e colectividades populares; contactos directos com os grandes consumidores a nível concelhio; inventariação de recursos locais em colaboração com as juntas de freguesia e comissões de moradores; utilização de água não potável para lavagens de estradas e mercados, regas de jardins e hortas; redução da pressão na rede distribuidora e, finalmente, campanha de reparação de fugas, foram as medidas locais apontadas como capazes de produzir resultados na poupança de água.

Na conferência de imprensa foi, por fim, abordado o problema da energia eléctrica, cujo panorama foi descrito sombriamente, lamentando-se o facto de medidas apontadas pelo PCP não terem sido levadas à prática, nem a Lei de Finanças Locais cumprida, assim como não foram concretizados gran-

des projectos com o do Alqueva.

«A incúria e incapacidade dos governos de direita e da sua política estão hoje bem visíveis», afirma o documento distribuído na conferência. «As medidas que se impunham nunca foram tomadas, as consequências para as populações são mais gravosas».

Depois de sublinhar que o Governo demitido não tem tomado medidas quanto ao problema de falta de água, limitando-se ao aumento dos preços de energia, penalizando os consumidores e abstendo-se de avançar com medidas destinadas ao aumento da produção de energia eléctrica, afirma o documento:

«Existem soluções. As soluções têm de ser encontradas aumentando a capacidade de produção de água para consumo e de energia. As soluções, como está demonstrado, só são possíveis com governos democráticos, que tenham em conta os interesses nacionais, capazes de mobilizar os trabalhadores e as populações.

«Vamos, mais uma vez, reclamar dos órgãos do poder central a adopção de medidas, aqui apontadas, tentar dinamizar as autarquias locais para levarem à prática as que cabem no seu âmbito, exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais.

«Também aqui a derrota dos partidos reaccionários — PPD e CDS — nas próximas eleições de 25 de Abril, são um contributo importante para que finalmente uma nova política no sector da produção de água e energia se verifique».

No CT da Boavista

Reunião de vereadores APU nas Câmaras do norte e Centro

Vereadores comunistas das Câmaras do Norte e Centro do País, responsáveis pelo trabalho autárquico nas organizações do PCP e vários vereadores independentes eleitos nas listas da APU, estiveram reunidos durante todo o passado dia 19 de Fevereiro no Centro de Trabalho da Boavista, no Porto, num encontro inserido num largo conjunto de iniciativas, acções e medidas que o PCP tem estado a levar a cabo no âmbito normal da sua actividade, a qual «teve particular importância considerando o início do novo mandato dos órgãos autárquicos, a existência de novos eleitos, o reforço das posições e responsabilidades da APU nas autarquias destas regiões, a nova situação criada com os resultados das recentes eleições autárquicas». Participou nos trabalhos o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

A reunião debruçou-se sobre as principais orientações e direcções de trabalho dos comunistas nas autarquias e em particular nas Câmaras em que a APU está em minoria, «subordinadas à defesa intransigente dos interesses das populações, ao combate à corrupção, ao compadrio e às medidas antipopulares, à participação e intervenção activa no Poder Local, como importante conquista de Abril e importante instrumento de consolidação da democracia, da resolução dos problemas das populações e do progresso das regiões».

Proceder-se-ia igualmente a um largo balanço de experiências e ensinamentos, dificuldades e êxitos encontrados na acção dos comunistas e outros democratas nas Câmaras em que a APU está em minoria, sublinhando-se como inteiramente justas e actuais as principais questões de orientação geral que têm norteado a acção dos comunistas nas autarquias.

Entre elas destacaram-se a política de unidade dos eleitos e das populações em torno dos problemas concretos, a política de permanente participação popular, a política de informação às populações, a política de justiça das relações entre os eleitos e os trabalhadores das autarquias e a política de isenção partidária no exercício da gestão autárquica.

«Apesar de se manterem múltiplas tentativas e manobras de isolamento dos vereadores da APU — afirma o documento saído da reunião — é innegável que a direita e o Partido Socialista têm encontrado crescentes dificuldades na sua concretização. A acção dos eleitos da APU tem contribuído para que muitos eleitos de outras forças políticas rectifiquem a sua orientação e tomem posições mais construtivas perante os problemas concretos», tendo a Aliança Povo Unido, hoje, responsáveis por

importantes sectores de actividade.

Após realçar a dedicação e capacidade de trabalho, realização e organização dos eleitos APU, a reunião condenaria a «frequente falta de clareza na gestão autárquica dos partidos da «AD» e do PS que são mero pretexto para reforçar serviços desconcentrados da Administração Central, aprovação de uma lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos.

«Um dos traços fundamentais da situação das Autarquias Locais do Norte e Centro do País — sublinha o documento — é a regressiva institucionalização e consolidação do Poder Local, isto apesar de a «AD»/PSD/CDS dominarem grande parte das autarquias, apesar dos acordos feitos pelo PS com a «AD», com o PSD e o CDS na generalidade dos órgãos, dando força a uma «AD» derrotada, em contradição com os próprios resultados eleitorais e não permitindo assim o pleno aproveitamento das vitórias alcançadas pela democracia e do povo português».

Finalmente concluiu-se: «a política autárquica que a «AD» executou nos últimos três anos, bem como a política centralista dos governos do PS sozinhos aliado de facto à direita e do governo PS/CDS demonstraram que a defesa, consolidação e reforço do Poder Local exige uma alternativa democrática. A aplicação integral da Lei das Finanças Locais, uma verdadeira regionalização, o reforço de autonomia e democracia do Poder Local só serão possíveis com o grande reforço de votação na APU e com a derrota do PSD e do CDS. A execução desta política exige a participação do PCP no futuro Governo».

Impõe-se nesse sentido

Reformados promovem ciclo de palestras

A Associação de Reformados da UPPSS iniciou no passado dia 11 de Fevereiro um ciclo de palestras para as quais foram convidados Presidentes de Câmaras APU, que irão ao Centro de Dia da Associação falar das suas experiências com as populações dos seus concelhos.

Todas as palestras têm início às 15.00 horas. No passado dia 11 esteve presente o presidente da Câmara Municipal de Loures e o ciclo prosseguirá com os presidentes das Câmaras Municipais de Sobral de Monte Agraço (dia 25 de

prosseguir com determinação o combate com os seguintes objectivos: aplicação integral da Lei das Finanças Locais, a descentralização de verbas, poderes e meios para as Freguesias, a instituição de verdadeiras Regiões, rejeitando projectos da «AD» e do PS que são mero pretexto para reforçar serviços desconcentrados da Administração Central, aprovação de uma lei de delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos.

«Um dos traços fundamentais da situação das Autarquias Locais do Norte e Centro do País — sublinha o documento — é a regressiva institucionalização e consolidação do Poder Local, isto apesar de a «AD»/PSD/CDS dominarem grande parte das autarquias, apesar dos acordos feitos pelo PS com a «AD», com o PSD e o CDS na generalidade dos órgãos, dando força a uma «AD» derrotada, em contradição com os próprios resultados eleitorais e não permitindo assim o pleno aproveitamento das vitórias alcançadas pela democracia e do povo português».

Finalmente concluiu-se: «a política autárquica que a «AD» executou nos últimos três anos, bem como a política centralista dos governos do PS sozinhos aliado de facto à direita e do governo PS/CDS demonstraram que a defesa, consolidação e reforço do Poder Local exige uma alternativa democrática. A aplicação integral da Lei das Finanças Locais, uma verdadeira regionalização, o reforço de autonomia e democracia do Poder Local só serão possíveis com o grande reforço de votação na APU e com a derrota do PSD e do CDS. A execução desta política exige a participação do PCP no futuro Governo».

Impõe-se nesse sentido

Nacional

Em Braga Policia de Intervenção espanca agricultores

Face aos acontecimentos ocorridos hoje, dia 22 de Fevereiro, na estrada Braga-Porto quando os agricultores alertavam a opinião pública para a sua situação e procuraram a única forma que têm de pressionar o MACP a negociar a entrega dos subsídios da geada que se arrastam há nove meses, cortando o trânsito, a SIP da DORM do PCP repudia a actuação bastante reprepente, brutal e provocadora da PSP ao carregar à bastonada sobre agricultores indefesos que justamente lutavam pelos seus direitos.

Na realidade, a polícia de intervenção assume-se cada vez mais como uma força que provoca incidentes em vez de os evitar. É reconhecido que não era preciso recorrer à bastonada para desimpedir o trânsito.

É de repudiar, ainda,

toda a acção tendente a intimidar e a desmobilizar os agricultores vindos dos diferentes concelhos do distrito (ameaça de apreensão dos documentos de impedimento de os agricultores aguardarem a resposta do MACP, ameaças veladas a quem não aceitasse as ordens deles).

Ao Governo Civil de Braga (representante do governo «AD» no distrito) cabem as responsabilidades dos incidentes ocorridos pela forma como montou e ordenou o dispositivo das forças de segurança, tendente a provocar estes incidentes. O Governo Civil, representante do governo, nem se dignou ouvir os agricultores e a aperecer-se da justiça das suas reclamações.

A luta dos agricultores de Braga, que há nove meses reclamam a entrega

de indenizações devidas pelos prejuízos da geada, é uma luta justa que corresponde à necessidade de melhorar as suas condições de vida e de mudar a política agrícola da «AD».

A actuação da PSP, do Governo Civil de Braga, parte integrante do governo «AD» de gestão que insiste em prosseguir nos actos para que não tem competência, na ilegalidade e na repressão, vem uma vez mais demonstrar a necessidade de, ainda antes das eleições, ser substituído por um governo de gestão que respeite a Constituição, a legalidade democrática, a legalidade democrática e os direitos e liberdades dos cidadãos, que assegure condições efectivamente democráticas para a realização das próximas eleições.

SIP da Direcção Regional do Minho do PCP

Os desabafos de Alberto João

O respeito e valorização do papel da Assembleia Regional tem sido um aspecto a que o PCP tem dado o maior relevo. — Estas são palavras do deputado do PCP à Assembleia Regional da Madeira, Mário Aguiar. João Jardim, presidente do Governo da Região Autónoma, tenta responder nas páginas do «Jornal da Madeira», através do método do devolver da bola. Assim, segundo ele, quem se desprestigia é «a oposição». E o parlamento, esse, «cai no ridículo»...

Quem cai no ridículo?

Ou — mais importante do que saber acerca de «ridículos» — quem tem razão? As críticas fundamentadas do representante dos comunistas na Assembleia Regional da Madeira ou a pequena nota em que Jardim pretende tudo desmentir passando um atestado de irresponsabilidade à oposição?

Aliás, o presidente madeirense, ao responder às críticas dos comunistas — não respondendo afinal a nenhuma —, passa também um atestado de incompetência à Assembleia Regional, de maioria «PSD», respondendo por ela.

O deputado Mário de Aguiar, na intervenção que proferiu no primeiro dia deste mês, considerando não ser admissível que numa Assembleia que reúne tão raramente em plenário, se procure a todo o custo limitar a sessão parlamentar ao 1.º dia, aproveitando os projectos legislativos de emenda, evitando-se a discussão e prorrogando o funcionamento com o único objectivo de esgotar a ordem de trabalhos a todo o custo.

E — afirmou ainda —, menos admissível é que, a pouco mais de metade da sessão, se incline o abandono da sala, ficando até ao fim cerca de metade dos deputados da maioria.

Até o próximo líder parlamentar do PSD achou a sua presença desnecessária para o bom andamento dos trabalhos.

Perante este comportamento — sublinhou Mário de Aguiar — após todos estes anos, ainda não se vislumbra qual a importância que parte dos deputados do PSD atribuem à Assembleia, pois a fuga à discussão e a redução do tempo de funcionamento

aparecem como seus objectivos ao invés do que seria de esperar.

Desprestígio e falta de respeito

A última sessão — disse ainda o deputado do PCP — veio também mais uma vez demonstrar o cuidado, ou melhor, a falta de cuidado com que são elaborados os projectos legislativos que são trazidos a plenário. Ao fim e ao cabo 3 dos projectos que tinham sido aprovados pelas comissões tiveram de voltar para trás para serem corrigidos.

Qual a atenção, o debate, o estudo, o tratamento que foi dado a tais projectos nas comissões?

(...) Se este é o tratamento que os deputados do PSD dão às suas próprias propostas, fácil é adivinhar o destino das propostas da oposição. Nesses casos, a cegueira partidária, o sectarismo, a falta de respeito pelas normas democráticas atingem o auge. Proposta da oposição é proposta rejeitada à partida.

E não só as propostas legislativas, que implicam opções de fundo, mas mesmo as propostas parcelares, simples emendas ou aditamentos, até com o único objectivo de melhorar a redacção, têm geralmente o mesmo destino. Nestas condições, a falta de análise e discussão tornaram-se regra.

O resultado destes métodos de trabalho — denuncia mais adiante Mário de Aguiar — é bem patente. O Ministro da República tem que propor frequentes emendas aos textos aqui aprovados, dando a esta Assembleia um ar de meninos que sejam habitual-

mente apanhados com erros nas redacções.

Se o comportamento dos deputados do PSD é de pouco ou nenhum respeito pela Assembleia, o comportamento do seu Governo então... é o máximo.

João Jardim recomenda cuidado...

Face a todas estas acusações sobre o funcionamento da maioria PSD na Assembleia Regional, João Jardim insurge-se. Contra as críticas. Não as refuta, mas acusa a oposição de «senil». Não fala das propostas avançadas pela oposição. Prefere acusar a oposição de «fraca» por não apresentar «alternativas» e de não ajudar a «aperfeiçoar», de apresentar documentos para «sabotar».

O Governo, vem assim, por interposto presidente Alberto João, «desabafar» no Jornal da Madeira, em caixa com o sugestivo antetítulo «Desabafos». Não responde, por exemplo, aos vários requerimentos apresentados pelo deputado do PCP, que, nestes anos, somam 37, tendo obtido 3 respostas apenas e só na 1.ª sessão legislativa.

Alberto João desabafa e dá conselhos à oposição.

Diz que «um parlamento cai no ridículo quando, passados meses, um partido derrotado insiste em dizer que ganhou. Cai no ridículo quando a oposição dita ordens ao estilo político-pessoal dos dirigentes da maioria».

Como se vê, trata-se de um «estilo», isto de tratar soberbamente a oposição, as suas propostas, os seus requerimentos, as suas críticas.

O desabafado de João Jardim termina com uma tirada assim: «Todos os que acreditam na Democracia, seja a presidencialista, seja a parlamentarista, têm de contribuir para o prestígio das instituições parlamentares. E, nisso, têm principalmente as oposições de se empenhar com todo o cuidado, pois é a sua principal tribuna, por excelência».

Terá «sua excelência» na ideia retirar a «tribuna» às oposições se estas não se portarem com... cuidado?

STOP à carestia — uma acção das mulheres no Porto

Uma operação stop à carestia levou no domingo muitas mulheres à Praça da Liberdade no Porto. Responderiam assim ao apelo das Comissões Unidas de Mulheres do Porto, Gaia, Gondomar, Maia e Matosinhos para uma acção de protesto contra o brutal aumento do custo de vida.

Muitos cartazes com quadras ironizavam acerca dos governos «AD» e das medidas por eles tomadas. Foi mais uma forma de falar de coisas tão sérias como o direito à saúde, à habitação, ao ensino para os filhos — ou do custo de vida e dessa questão tão imediata que é o aumento das tarifas da energia eléctrica na região do Porto, objecto de várias das intervenções produzidas.

As mulheres que se juntaram na Praça da Liberdade e as suas CUM's preocupam-se com este presente difícil, estão conscientes da força que têm para defender os seus direitos

e as conquistas e as promessas do 25 de Abril, e voltam-se para o futuro dizendo como ali foi dito: «Nas próximas eleições vamos votar pelo 25 de Abril».

Em moções aprovadas, as mulheres do Porto apelam a dissolução da Assembleia da República e manifestam confiança em que os resultados das próximas eleições contribuirão para a resolução dos problemas nacionais.

O 8 de Março em Lisboa

Também as mulheres de Lisboa — no caso a Comissão Concelhia do MDM — se manifestaram na passada semana de acordo com a decisão do Presidente da República de convocar eleições antecipadas que possam pôr fim à política da «AD», responsável pela trágica situação em que o País se

encontra, «considerando de extrema urgência a mobilização de todas as forças democráticas para que num futuro breve seja possível a concretização de todos os ideais do 25 de Abril».

A Comissão Concelhia de Lisboa do MDM aprovou durante a sua reunião um plano de acção para os próximos meses, com relevo para as realizações com que se propõe comemorar o 8 de Março: além de uma exposição no Rossio sobre a mulher, o MDM promoverá nesse período exposições, sessões e debates em diversas freguesias da cidade. Fez, por outro lado, um apelo a outros sectores da vida nacional para que participem no 8 de Março e na divulgação e discussão dos problemas que dificultam a plena igualdade e a plena participação da mulher na vida social — às autarquias, aos professores, às instituições culturais e aos órgãos de comunicação social.

APU — condição de gestão democrática

Lisboa

Pelouros que respeitem votação e competências

A Câmara Municipal de Lisboa terá quatro vereadores a tempo inteiro, conforme decisão unanimemente tomada pela Assembleia Municipal na passada sexta-feira.

Quem ocupará os respectivos pelouros continua porém a ser uma questão controversa — pelo menos e justificadamente para a APU, que reivindica «responsabilidades na gestão municipal de acordo com os resultados eleitorais de 12 de Dezembro» e com as provas que já deu, exercendo-as em anteriores mandatos.

Jorge Cordeiro afirmou que a APU não recusa os pelouros de Fomento Turístico e Gestão Cemiterial mas considera que nomear um vereador a tempo inteiro e actividade exclusiva com essa responsabilidade, como querem a «AD» e o PS, «só de quem substitua a capacidade de trabalho dos outros ou de quem a mede o olhar para si próprio».

«Não estamos dispostos — acrescentou aquele eleito da APU — a dar cobertura a uma proposta do presidente da CML que tem como objectivo principal manter nas suas mãos e nas mãos do CDS os instrumentos principais para o prosseguimento, de mãos livres, da gestão anterior». E mais adiante: «Para o CDS a parte de leão, o fundamental do aparelho municipal. Para o PSD e o PS algumas fatias, preço do assentimento e da cobertura».

Com a APU, isso não «é por razões de fidelidade ao eleitorado que continuamos a afirmar a nossa disposição de indicar o nosso vereador a tempo inteiro para a Direcção do Serviço de Obras e para a Cultura e Desporto».

Gondomar

Pelouro da Habitação volta à APU

O engenheiro Fernando Severo, que fora afastado dos Serviços Municipais de Habitação de Gondomar no decurso do anterior mandato quando o seu trabalho como vereador responsável congregara o apoio da população, de técnicos e de numerosos eleitos e apoiantes de outras forças políticas, voltou à Câmara de Gondomar e a esse domínio da gestão municipal que tão bem soubera defender.

É um dos resultados a assinalar do êxito conseguido pela APU no concelho de Gondomar nas eleições de Dezembro: aumento da votação global, dois vereadores na Câmara, aumentos pronunciados em Rio Tinto, Fânzeres, Melres e Lomba, e a conquista da maioria em S. Pedro da Cova.

Em S. Pedro da Cova, aliás, a Junta de Freguesia ficaria inteiramente constituída por eleitos da APU, depois da votação unânime verificada na Assembleia de Freguesia, o que abre novas possibilidades de trabalhar com êxito em defesa da população.

Num comunicado da Comissão Coordenadora de Gondomar da APU assinala-se como tarefa prioritária a luta pela reposição da tarifa de electricidade de 2.15/Kw, em vigor em Gondomar até Março de 1982 e que foi então anulada contra expressa decisão da Assembleia Municipal.

A APU, que inscreveu este objectivo no seu programa eleitoral, continua a considerar que tais aumentos são socialmente insportáveis, e está certa de poder contar com a unidade e a luta da população do concelho para os anular.

Trabalhadores

Tecto «AD» não se aguenta

- Desemprego e baixos salários recusados pelos trabalhadores
- Novas greves nos transportes

Na tentativa de evitar mais inconvenientes e prejuízos aos que se servem diariamente dos transportes públicos os trabalhadores e as associações sindicais do sector têm apresentado ao Governo propostas-limites abaixo das quais não é possível negociar.

Terça-feira passada ao fim da tarde, com várias paralisações anunciadas para os dias seguintes, a Comissão Coordenadora das Organizações Sindicais dos Transportes esperavam nova reunião com os ministros do Trabalho e dos Transportes no seguimento da realizada no dia anterior e durante a qual os Sindicatos apresentaram uma posição aberta à maleabilidade que se pode exigir num momento difícil, sem abdicar da defesa dos interesses dos trabalhadores e do País. Tenha-se em conta que, globalmente, o sector reivindicava aumentos médios entre os 28 e os 29 por cento. Mas segundo a proposta-plataforma da Coordenadora essa média baixaria bastante e destinar-se-ia a evitar as greves da Carris, Metro e CP.

Com efeito, os Sindicatos «desceram» o que era possível descer. Limitando, em resumo, a sua última proposta a um adiamento salarial naquelas três empresas que estaria bastante abaixo da média indicada, a Coordenadora fazia no entanto saber que as reivindicações normais são apenas adiadas. Se a proposta for aceite, não haverá greves nos transportes por motivos salariais, pelo menos, até Maio. Depois das eleições, prosseguiriam então as negociações normais da revisão dos acordos. O adiamento, proposto entretanto, seria baseado nos aumentos conseguidos em outros sectores já durante o ano corrente. A média dos adiamentos seria superior ao tecto dos 17 por cento. Mas terça-feira passada essa média não

era ainda conhecida. Os adiamentos não foram quantificados na conferência de imprensa do dia 21. Ainda sem notícias sobre a reunião agendada para anteontem, um dirigente sindical sublinhava no entanto que as greves previstas (com os resultados também previsíveis dada a elevada percentagem de adesão às formas de luta recentes no sector) só se concretizariam se se mantivesse a falta de «vontade política do Governo em ultrapassar os problemas existentes».

Salário baixo não é solução

Como o movimento sindical previra, o tecto dos 17 por cento não é respeitado em sítio nenhum. Há é tentativas para o

impor. Mas, segundo uma nota da CGTP-IN, sabia-se no domingo passado que o tecto salarial tinha sido furado pelo menos em 30 sectores e empresas. A política de baixos salários e vida cara, política que já mostrou o que valia com a «AD», continua a aumentar o fracasso político, económico e social deste Governo, que se vê obrigado a aceitar aumentos que já este ano variaram, por exemplo, em vários subsectores dos transportes, entre os 21,3 e os 35 por cento.

Na verdade, ao mesmo tempo que apresenta contrapropostas inaceitáveis de dez, catorze e quinze por cento, na Siderurgia, Carris e CP, o Governo dito de gestão não pode evitar que os transportes de passageiros aumentem os salários em 22,5 por cento na Madeira, em 21,3 por cento no comércio de veículos de duas rodas (não incluído na lista da CGTP-IN, mas entretanto anunciado pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços), em 22,4 por cento no ensino de condução automóvel, em 21,6 nos transportes rodoviários de passageiros (privados), em 35 por cento nos carros de aluguer sem condutor («rente a car») no sector de alimentação e bebidas (panificação-Norte, 21%; Moagens-Ramas, 18,4%; bebidas, 21,5%), indústria metalúrgica (ourivesaria e relojoaria-Norte, 22,6%), hotelaria (restaurantes e similares - Algarve, 21,5%), construção civil e obras públicas, 25,5%; indústria extractiva (pedreiras-Norte, 18,5%), e ainda outros sectores e empresas: a EDP (19,25%), Firestone (21,5%), indústria cerâmica e cimento (entre os 20,6 e os 43 por cento), indústria vidreira (entre os 20 e os 25,1 por cento, com nove furos no tecto salarial, pois outros tantos são os contratos e os subsectores onde esses aumentos entraram em vigor este ano).

A contrapartida são as falências e o desemprego

A «contrapartida» que este Governo oferece a quem aceite

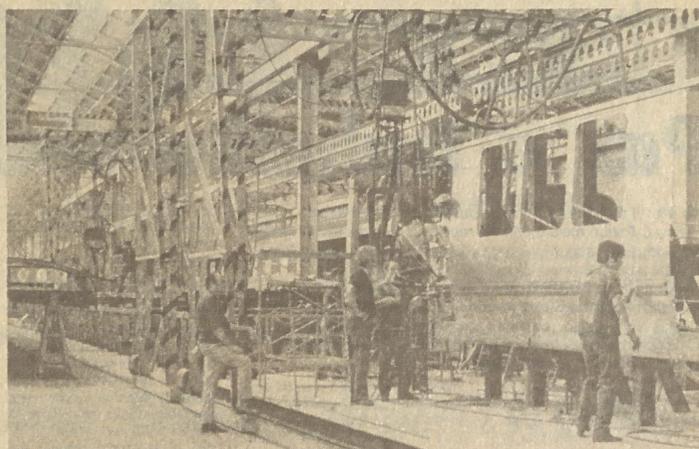
os salários que tenta impor é o desemprego. São as falências em série! Afirma a Inter: «Um balanço recente na base de fontes sindicais sobre falências, despedimentos, contratos a prazo e salários em atraso, levada a efeito pela CGTP-IN e envolvendo os distritos de Setúbal, Aveiro e Porto, põe a nu que a AD nunca defendeu os interesses nacionais, mas, pelo contrário, conduziu o País a uma situação económica desastrosa».

E prossegue: «No distrito de Setúbal, no ano passado, encerraram pelo menos quatro empresas com um total de mais de trezentos trabalhadores. Correm ainda riscos de falência, presentemente, seis empresas com mais de mil trabalhadores».

No mesmo distrito, cerca de onze mil trabalhadores têm salários em atraso. Entre as empresas nesta situação conta-se a Lisnave, a Momp, a Facopla, a Equimetal.

No distrito do Porto a situação não é menos sombria. Em 1982 foram despedidos mais de mil trabalhadores em virtude de falências de empresas ou devido a despedimentos colectivos.

No que respeita aos contratos a prazo, há empresas no distrito do Porto com percentagens superiores a quatro por cento: Soares da Costa, dois mil e quinhentos trabalhadores a prazo para



Ameaças de despedimentos colectivos pesam sobre a Sorefame, empresa da Amadora com tradições de luta. Os trabalhadores tentam negociar um caderno reivindicativo

um total de cinco mil e novecentos; Têxtil do Mindelo: quatrocentos para mil cento e trinta; Flação de Santo Tirso: cem para mil e vinte; Ematêxtil: duzentos e quarenta para quatrocentos e sessenta e oito.

Em Aveiro foram despedidos no ano de 1982 mais de quinhentos trabalhadores: trinta e cinco na Fábrica de Calçado Junex; vinte na Jaime Ferreira da Costa; trinta e seis na Eduardo Oliveira e Leite e o resto noutras empresas.

Correm risco de falência no distrito de Aveiro pelo menos sete empresas: três no sector do calçado; duas no sector das madeiras e uma no sector do vestuário.

É um balanço curto, mas revelador. E tem sido entretanto completado com outros dados reproduzidos na imprensa diária.

Porque esses elementos não são apenas reveladores, mas muito preocupantes (e não só para as organizações de trabalhadores) é que a CGTP-IN se tem manifestado «disponível

para encontrar soluções em conjunto com as outras forças sociais e políticas do País e tem apresentado propostas muito concretas para a resolução dos problemas mais prementes».

Mas ao invés de procurar soluções, de tentar pelo menos despoletar os conflitos, este Governo parece é apostado ainda na confrontação. O caso dos transportes e as responsabilidades governamentais perante os utentes, perante a maioria da população trabalhadora, é bem o sinal, a marca da incapacidade dos parceiros «AD» para administrar seja o que for e muito menos o País.

Entretanto, a greve na EPAC suscitava uma adesão da ordem dos oitenta por cento dos cerca de mil e oitocentos trabalhadores contra os dezasseis por cento da administração. Na Sorefame está marcada para hoje, 24, uma paralisação de duas horas. O objectivo, impossível até agora de alcançar pelo diálogo, é apenas negociar um caderno reivindicativo. Por outro lado, o espectro dos despedimentos não está de

modo nenhum afastado da grande empresa metalúrgica da Amadora, que pretende usar também, segundo a célula do PCP, as «reformas antecipadas».

Noutras empresas, e não pequenas, a situação não é melhor. Por todo o lado o movimento sindical procura dar resposta aos grandes e pequenos problemas mobilizando e suscitando acções de unidade, lutando por interesses comuns.

Entretanto, a unidade sindical, obtinha um êxito relevante nas eleições para delegados ao próximo Congresso do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. O órgão máximo do SBSI reuniu com 362 delegados unitários, 295 socialistas e 300 sociais-democratas (referindo-se aqui, claro está, as tendências sindicais pelos nomes que usam habitualmente). Relativamente ao Congresso anterior (1979) os unitários reforçaram as suas hostes com mais noventa e quatro delegados defensores da unidade e dos outros princípios e prática sindical que caracterizam a actividade da CGTP-IN.

Terra

Semear todas as terras em Coruche Objectivo da Reforma Agrária

«Porque é necessário aumentar a produção e ocupar a mão de obra desempregada devemos semear toda a terra que temos com culturas apropriadas». Este o propósito manifestado pelos trabalhadores agrícolas do concelho de Coruche no decorrer de um plenário recentemente realizado na herdade dos Pavões, na Azervadinhã, no qual participaram representantes de todas as UCP's/Cooperativas da região. Este objectivo é extensivo às terras ainda ilegalmente na posse dos agrários em virtude do não cumprimento dos acordos do Supremo Tribunal Administrativo que ordenam a sua devolução à Reforma Agrária.

Promovido pelas Uniões de UCP's/Cooperativas de Coruche e do Couço, pelo Secretariado Distrital e pelo Sindicato Agrícola de Santarém, o plenário concluiu ainda pela necessidade de os trabalhadores reforçarem a sua organização, intensificarem a luta em defesa da Reforma Agrária e adequarem as culturas da próxima campanha à situação de seca que se avizinha.

Antecedendo o debate que se revelou vivo e frutuoso, em que os trabalhadores expuseram a situação e os problemas concretos das suas unidades de produção, interveio Dionísio Moisés, do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Santarém e dirigente da União de Cooperativas da Volta do Vale.

«Começando por se referir aos leilões de terras das unidades colectivas, aquele trabalhador denunciou a sua entrega a «falsos seareiros» e classificou-os de ilegais, pois, «além de tudo o mais, incidiram sobre terras de UCP's/Cooperativas que se encontravam em boa situação económica».

Desmontando as ilegalidades cometidas pelo Governo, cujo único objectivo é a destruição pura e simples da Reforma Agrária, Dionísio Moisés acrescentou que se de facto o executivo quisesse distribuir terras por quem na realidade as precisa e quer cultivar não precisava de as tirar à Reforma Agrária. «Só no Vale do Sorraia — sublinhou — há 10 mil hectares que embora tenham

seido expropriados e nacionalizados ainda se encontram na posse dos agrários».

Depois de chamar a atenção para o abandono e subaproveitamento em que se encontram inúmeras terras devolvidas aos agrários e seus filhos como sejam as herdades do Engal, Águas Belas e Águas Belinhas, aquele dirigente referiu-se aos mais de 100 acordos do Supremo que mandam devolver as terras ilegalmente retiradas às UCP's/Cooperativas. «Não podemos permitir que o Governo — acentuou — não o cumprimento a esses acordos. É imoral que essas terras continuem ao abandono quando há tantos trabalhadores com fome».

Pescadores do Algarve

Urgência do acordo e reconversão da frota — reivindicações centrais

«Há em Vila Real de Santo António estaleiros em condições de pôr de pé uma frota pesqueira que permita aumentar substancialmente o volume do pescado descarregado nas lotas, assegurando quer o abastecimento às fábricas de conservas, quer a melhoria do abastecimento de peixe ao público, e reduzindo ainda as importações», afirma a Comissão do PCP daquele concelho algarvio. Datada de Faro, sob o título «os pescadores devem lutar por um acordo fronteiriço e pela reestruturação da frota», a nota distribuída pela Direcção Regional do Partido (DORAL) antecede de alguns dias o bloqueio da fronteira do Guadiana, entre Vila Real de Santo António e Ayamonte, suspenso após conversações na última terça-feira.

O corte do tráfego fluvial, reforçado no dia 20 com embarcações de pesca da sardinha, foi suspenso depois de uma reunião com um representante do Governo, que para o efeito se deslocou ao Sotavento algarvio.

Decorria entretanto a primeira Conferência Sindical do Algarve. Entre as manifestações de solidariedade para com a luta dos pescadores é de sublinhar a moção que aprovaram os representantes de cerca de 30 mil trabalhadores do distrito naquela grande assembleia do último sábado em Faro.

Na nota de 14 do corrente, cuja actualidade se mantém, agora que foi suspensa a forma de luta dos pescadores e que o tráfego fluvial se restabeleceu depois de interrompido na quarta-feira, 16, a Concelhia

do PCP de Vila Real de Santo António sublinha que «na resolução dos complexos problemas que envolvem as relações de pesca luso-espa-

A Concelhia do PCP de Vila Real de Santo António «salienta a importância da conjugação de esforços entre os pequenos armadores-pescadores e os pescadores com a Associação dos Armadores do Guadiana, como condição indispensável para que sejam respeitados os interesses locais e mantidos os postos de trabalho em perigo. Esta unidade deve, contudo, continuar a estabelecer-se e a afirmar-se em bases claras, em clima de diálogo e respeito mútuo, na perspectiva da defesa dos diversos interesses em causa», acrescentava a Concelhia em 14 do corrente.

nholas, os interesses da zona têm que ser tidos em conta, evitando que possam vir a ser prejudicados ou diluídos em acordos globais».

A Comissão Concelhia de Vila Real de Santo António do PCP, ao chamar a atenção para a «necessidade de rapidamente se caminhar para uma reconversão da nossa frota de pesca artesanal», apoia a luta dos pescadores, cujos interesses têm que ser «claramente defendidos» nos acordos.

«Dadas as características do sector «naquela zona, salienta a nota, os interesses respectivos devem ser «consignados em acordo fronteiriço, anexo ao acordo global».

Nesse anexo, deve ficar claro que os pescadores podem «exercer a sua faina desde a barra do Guadiana até Cadiz»,

arrastos de potas», refere ainda a Concelhia do PCP.

É urgente o acordo

As negociações entre o assessor do Governo e os delegados dos pescadores, designadamente a sua comissão de luta, realizaram-se na segunda-feira e levaram à suspensão do corte do tráfego fluvial. No mesmo dia, 21, a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP lembrava que, desaparecido o acordo, «em finais do ano, os pescadores de Montegordo, Santa Luzia e Manta Rota, dadas as características específicas das artes que usam, deixaram de poder pescar, já que a sua faina se fazia em mares espanhóis». Daí a urgência do novo acordo com o país vizinho. Os pescadores estão há mês e meio sem qualquer meio de subsistência. Reivindicam, assim, que da parte do Governo seja negociado com rapidez um acordo fronteiriço que lhes permita voltar ao mar, ou então que lhes sejam pagos os subsídios prometidos e que o Governo, passado mês e meio, ainda não pagou. Além desses subsídios, os pescadores reivindicam a manutenção provisória do acordo por alguns meses, ou o início de medidas para reconverter a frota de pesca artesanal da foz do Guadiana.

Solidariedade a aumentar

Como referimos num artigo publicado no «Suplemento» do «Avante!» sobre a Vidreira da Fontela, tem sido grande a solidariedade manifestada tanto pelos trabalhadores da Figueira da Foz como pela população em geral.

Um outro caso vem agora confirmar que ela aumenta de dia para dia. Trata-se dos trabalhadores da Figueira-Hotéis que decidiram dar um dia de salário para contribuírem para a luta dos operários da Vidreira da Fontela, luta que consideramos «exemplar e com elevado grau de consciência».

As listas que correm nesta empresa hoteleira têm registado grande adesão. (Ler reportagem no Suplemento)

Vidreira da Fontela Solução está à vista?

A situação da Empresa Vidreira da Fontela parece evoluir favoravelmente para os trabalhadores, de acordo com os últimos acontecimentos.

Com efeito, face à sua luta determinada — na segunda-feira passada voltaram a cortar a linha do caminho-de-ferro e a ocupar a delegação da Figueira da Foz da Secretaria de Estado do Emprego — o governador civil de Coimbra responsabilizou-se, nesse mesmo dia, perante os representantes dos trabalhadores, a promover uma reunião com todas as partes envolvidas na empresa.

O governador civil do distrito convocou essa reunião para hoje, de manhã. Ainda esta tarde, pelas 18 horas, os trabalhadores da Vidreira reunem-se em plenário para apreciarem o que for decidido no encontro

da manhã e tomarem as medidas que acharem necessárias caso se verifique um impasse nas negociações.

Na verdade, numa anterior reunião promovida pelo governador-civil de Coimbra, apenas os representantes dos trabalhadores compareceram, tendo faltado na altura a administração da empresa, a Direcção-Geral de Energia, a Secretaria de Estado do Emprego e ainda a administração do Banco Português do Atlântico, entidade nacionalizada e principal responsável pela tentativa de inviabilizar a empresa.

Quando tiveram conhecimento da decisão do governador-civil os trabalhadores suspenderam as acções desencadeadas nesse dia.

A linha do Oeste fora bloqueada frente às instalações

da fábrica com duas camionetas enquanto outras duas bloqueavam a estrada junto à delegação da Figueira da Foz da SEE.

A PSP procurou retirar estes últimos veículos, mas as tentativas do mecânico que acompanhava a força policial não lograram sucesso. Apenas um dos vidros da cabine ficou partido.

Face à actuação da polícia os trabalhadores decidiram então cortar a maçaneta a linha férrea. Entretanto, segundo um representante dos trabalhadores foi decisiva a determinação dos trabalhadores para que o governador-civil os recebesse. E na reunião efectuada responsabilizaram aquela autoridade do distrito pela actuação da PSP e pelas consequências que daí advieram.

Incêndios florestais Produtores exigem indemnizações

Elevam-se a largos milhares de contos os prejuízos resultantes dos incêndios florestais

verificados no Verão passado no concelho de Vila Nova de Poiares, sem que até ao mo-

mento o Governo se tenha pronunciado sobre as indemnizações exigidas pelos agricultores. Só em 92 requerimentos recentemente entregues pela União de Agricultores de Poiares na Direcção Regional da Beira Litoral em Coimbra — uma parte apenas dos produtores atingidos — o valor relativo aos danos sofridos situa-se muito perto dos 25 mil contos.

Os agricultores aguardam neste momento, para além do pagamento das indemnizações pela destruição dos seus pinhais, eucaliptais, olivais, videiras e milhos, que o Fundo de Fomento Florestal proceda à reflorestação das áreas flageladas.

Para a União de Agricultores torna-se também urgente a definição de medidas que permitam um rápido escoamento das madeiras queimadas aos pre-

ços oficiais de garantia, bem como a criação de parques concelhios de recolha, de forma a evitar a completa deterioração do material lenhoso.

Segundo informações chegadas àquela organização representativa dos agricultores de Poiares a reflorestação prevista abrange apenas áreas superiores a 100 hectares, situação esta considerada profundamente injusta e inadmissível já que apenas beneficiará os grandes proprietários em detrimento dos pequenos, e que neste caso são a totalidade do concelho.

Entretanto, a União de Agricultores de Poiares manifestou a disposição de adoptar as formas de luta que considere convenientes caso as entidades oficiais não tomem as medidas necessárias à satisfação plena das suas reclamações.

Encontro Culturas da Primavera

A Reforma Agrária promove no próximo dia 26, sábado, no Salão dos Bombeiros de Beja, o Encontro de Culturas da Primavera. Contando com a presença de 500 delegados em representação das UCP's/Cooperativas, de agricultores e do sector privado, o Encontro — cujo início está previsto para as 9.30 horas — tem agendado dois pontos na ordem de trabalhos: no primeiro será analisada

a situação política, a Reforma Agrária e as eleições; no segundo, a produção, as culturas de Primavera e a seca.

Na qualidade de convidados, estarão também presentes técnicos agrícolas e representantes de autarquias e de estruturas de trabalhadores de empresas públicas ligadas à agricultura como seja a EPAC e a Quimigal.

Internacional

RFA em véspera de eleições

Paz e trabalho em questão

No dia 30 de Janeiro, 50 anos passados sobre a subida de Hitler ao Poder, mais de 50 mil manifestantes desfilarão nas ruas de Hamburgo, Munique, Colonia e Francfort, sob o lema «fascismo e guerra nunca mais». Na RDA, onde a erradicação do fascismo de há muito se consumou, e a luta pela paz é política oficial, foi prestada homenagem às vítimas do nazismo. Assim se retomam e defendem as tradições do grande movimento operário alemão, que o nazismo tentou, em vão, destruir.

Em véspera de eleições na RFA — que terá lugar a 6 de Março — esta manifestação antifascista tem a importância de marcar, também desta forma, o sentido das grandes preocupações e exigências do povo da RFA, e que resumidamente se podem sintetizar: paz e trabalho. Exigências que assumem um carácter tão generalizado e imperioso que constituem a súplica do próprio debate eleitoral, das promessas, do discurso político, das garantias mesmo demagógicas.

Paz, questão central

Nenhum partido neste momento se pode furtar a uma resposta à questão central: sim ou não aos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa, e em particular em ter-

ritório da RFA. Sim ou não ao fim da corrida aos armamentos, a um diálogo e possibilidades de acordo entre a União Soviética e os Estados Unidos.

Claro que as respostas são diferenciadas. Mas o esforço de corresponder, em palavras, à vontade de paz do povo da RFA, bem testemunha da amplitude e profundidade dessa exigência.

Assim temos o bloco CDU/CSU (União Democrática Cristã, de Helmut Kohl), e União Social Cristã, de Joseph Strauss), hoje no Poder, que defende a decisão da NATO de implantação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa e ainda a «opção-zero» de Reagan (proposta de desarmamento unilateral da URSS), a apresentar tais opções como «plano escalona-

do de desarmamento». Ao ponto a que chega a necessidade de encobrir planos de guerra com palavras de paz!

Quanto aos liberais — que a conseguem os 5 por cento de votos indispensáveis para obter representação parlamentar, são o apoio com que contam os democratas-cristãos na tentativa de reconquista do Poder que de momento detêm — as contradições são conhecidas, e saltaram de forma particularmente clara no momento em que a direcção do partido decidiu cortar com os sociais-democratas, provocando a queda do seu governo, e aliar-se aos democratas-cristãos. A decisão da direcção do partido, encabeçada por Gensher, de apoio à decisão da NATO, não é partilhada por todo o partido. Aliás a política que tem vindo a ser seguida está a acarretar significativas perdas de votos.

Os sociais-democratas — que no seu programa eleitoral põem a tónica em questões de política externa — afirmam a sua vontade de lutar pelo fim da corrida aos armamentos. Referindo-se à questão dos mísseis, o candidato a chance-

ler, Hans Vogel, disse mesmo: «Em Novembro de 1982, o senhor Kohl afirmou publicamente, em Washington, o seu desejo que o eleitorado do país o autorizasse a aprovar a instalação de mísseis. Quanto a mim, peço que os eleitores me deem poderes para declarar, em nome da República Federal Alemã, desnecessária a instalação de mísseis.»

Claro que estas questões não são assim tão lineares. Entre o antigo governo social-democrata e o actual governo democrata-cristão, não têm sido sensíveis diferenças de vulto a nível de política externa. E mesmo a actual posição dos sociais-democratas não contém um não inequívoco à instalação de mísseis (como várias organizações de base do PSDA exigiam). Em todo o caso é evidente a diferença de posições assumidas. Como o é o sentido da vontade popular que assim determina que tal questão seja problema central no processo eleitoral em curso.

A luta pela paz caracteriza-se na RFA como um grande movimento de massas, em que as forças de esquerda, e em particular os comunistas, têm um papel profundamente dinâmico.

Movimento cuja envergadura também se reflecte por exemplo, no número crescente dos votos nos «verdes», partido heterogéneo que entretanto se pronuncia inequivocamente pelo desarmamento e a paz, e com que, os factos indicam, cada vez mais se terá que contar no panorama político do país.

Um «milagre» que já deu o que tinha a dar

Bem longe vão os tempos do «milagre» oeste-alemão, cuidadosamente alimentado pelos Estados Unidos, como «montra» do sistema capitalista numa Europa devastada pela guerra, em particular, exactamente, nos países que vieram a constituir a comunidade socialista.

Neste momento raros são os grandes ramos da indústria

oeste-alemã que se possam gabar de não estar afectados pela crise. Foi registado um número recorde de falências — 5000 de Janeiro a Agosto de 82. De acordo com os especialistas, até ao fim do ano de 82, o número de falências deveria atingir os 16 000, o que corresponde a mais 50 por cento que no ano anterior.

Mas o desemprego constitui — de longe — o problema maior. Actualmente, um em cada dez trabalhadores da RFA está no desemprego. O que significa, por exemplo, que em Janeiro, o desemprego aumentou de 12% em relação a Dezembro.

O peso global da degradação das condições de vida, passando pelo desemprego — mas não só — é um dos problemas maiores na RFA. E como tal condiciona também a campanha eleitoral.

O programa dos sociais-democratas prevê cortes no orçamento militar e, em simultâneo, a revogação das medidas mais impopulares do governo Kohl, como a redução radical da ajuda aos estudantes e a limitação dos direitos dos inquilinos, com o consequente aumento das rendas de casa.

Também os democratas-cristãos tomam as suas medidas eleitorais neste domínio. Por exemplo, no seu programa eleitoral, está previsto que a lei sobre o «empréstimo obrigatório», que atinge as receitas mais elevadas, e se destina ao investimento, ou seja, a beneficiar o capital, seja transformado num imposto. Uma tentativa de criar a ideia de promoção da «justiça social».

Pouco tempo falta para as eleições de Março. São incertos os seus resultados, apesar de ser tão clara a vontade do eleitorado expressa nas grandes questões em debate. Uma consequência das ambiguidades da democracia burguesa, que só dá voz aos povos, de tantos em tantos anos, matraqueando-os entretanto como uma sistemática campanha de desinformação, do banco das escolas a todos os graus etários, presos diariamente, em cada casa, ao pequeno ecrã.



Ásia

As eleições na Índia não enchem apenas as ruas de propaganda. Centenas de mortos marcam já tragicamente as eleições de 1983

Violência na Índia ao serviço da reacção

O anúncio de centenas de mortes no passado fim-de-semana no distrito de Nowgog, Estado de Assam, na Índia, horrorizou o mundo pela gravidade e pelo perigo que representa esta escalada de violência. Segundo os dados disponíveis, veiculados pela imprensa indiana e correspondentes estrangeiros, pelo menos 900 pessoas foram mortas nos últimos dias naquela região. O facto de as vítimas serem na maior parte imigrantes do Bangladesh dá à primeira vista uma imagem de racismo e de hostilidade político-religiosa entre os naturais da região e os estrangeiros aí radicados.

Mas será na verdade só isso? Será que os «nacionalistas» de Assam, que invocam como «justificação» das chacinas o facto de não aceitarem que os imigrantes — cerca de 2,5 milhões num total de 8 milhões de eleitores — participem nas eleições legislativas que se estão a realizar na Índia, temem de tal modo o peso relativo de tais votos no resultado final do escrutínio?

Ou será que algo mais se esconde por detrás da barbárie?

O recurso à violência não constitui propriamente uma novidade na Índia. Pode mesmo dizer-se que a violência é uma arma preferida da reacção, usada para intimidar a população e impedi-la de expressar as suas aspirações. Ainda recentemente, nos finais do ano passado, uma declaração do Comité Executivo Central do Partido Comunista da Índia alertava para «as frequentes manifestações de violência comunal no país».

Segundo o PCI, a violência é formada por «forças comunistas organizadas e dirigidas pelas formações ultra-reaccioná-

rias Rashtria Suajam Sevak/Partido Bharatia Janata». Por comunismo ou comunistas entende-se as organizações que fomentam questões nacionais e religiosas entre a população local e os grupos de população.

Ainda segundo o PCI, os comunistas muçulmanos dirigidos por obscurantistas participam neste sinistro processo.

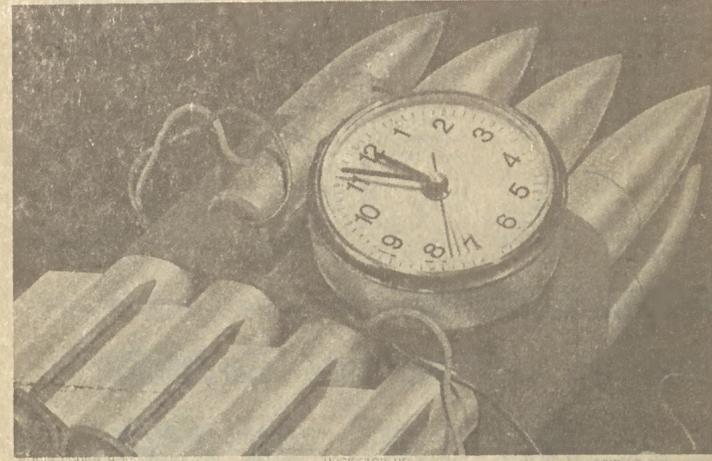
As divisões religiosas entre hindus e muçulmanos, que se fazem sentir mesmo entre os membros do Partido do Congresso, de Indira Gandhi, não originam por si só a violência que prolifera na Índia. Como referem os comunistas indianos, ela é fomentada por bandos que «utilizam armas de fogo, bombas, punhais, produtos incendiários». Mais, tais grupos operam muitas vezes «em conluio com certos membros das forças policiais», aterrorizando a população.

O assassinato em massa de imigrantes, sobretudo mulheres e crianças barbaramente torturadas até à morte, insere-se nesta campanha de desestabilização da sociedade indiana. Desestabilização que visa por um lado impedir a realização

de eleições — de notar que após os massacres praticamente ninguém votou nas circunscrições orientais e ocidentais de Gauhati, capital do Estado de Hassam — e por outro levar as autoridades a tomar medidas tão impopulares como o «Estado de sítio», ao confronto das forças policiais com a população e à repressão indiscriminada de todas as manifestações de protesto, incluindo as lutas de trabalhadores e de massas pela melhoria das condições de vida.

Como alertava no final do ano o Partido Comunista Indiano, «cabe aos meios de esquerda e democráticos, bem como aos membros dos diversos partidos anti-comunistas, enfrentar com coragem a resolução deste novo desafio. Tal é essencial para fazer abortar os planos insidiosos da reacção e dos grandes monopólios escondidos à sua sombra que procuram minar as relações entre as circunscrições locais. Tal é necessário a fim de desenvolver as lutas de massas, reforçar a unidade dos trabalhadores e salvaguardar o sistema laico e democrático no país».

A violência registada no Estado de Assam, situado na fronteira com a Birmânia e o Bangladesh, vem confirmar a justeza das posições defendidas pelos comunistas indianos e colocar uma vez mais na ordem do dia, como o PCI também defende, a luta em todos os Estados da Índia pela unidade de todas as forças democráticas.



A luta contra a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa, está no centro das preocupações do povo da RFA, e no centro da campanha eleitoral

Não-Alinhados

Os caminhos da unidade

Os trabalhos preparatórios da Cimeira dos Não-Alinhados e da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, que se realizam no próximo mês de Março em Nova Deli e Lisboa, respectivamente, estão a mobilizar as atenções dos mais altos responsáveis dos países participantes nas duas importantes reuniões. O traço comum às reuniões que neste âmbito se têm vindo a efectuar é a procura da unidade. Unidade na defesa dos interesses comuns, unidade nas posições a assumir face a questões tão prementes como a Namíbia, o respeito pela soberania de cada país, o direito de cada povo a escolher o seu próprio caminho.

Este esforço notório para salvaguardar a unidade entre países que embora com diferentes orientações enfrentam problemas similares na sua luta pelo desenvolvimento e pela independência face ao imperialismo, levou por exemplo o presidente queniano Daniel Arap Moi a convocar, na sua qualidade de presidente em exercício da Organização de Unidade Africana (OUA), uma reunião de urgência da comissão dos doze, em Nairobi, na passada sexta-feira.

Recorda-se que a Comissão dos doze, de que fazem parte o Quênia, a Tanzânia, a Zâmbia, o Mali, o Congo, a Líbia, Moçambique, Nigéria, Etiópia, Uganda, Angola e Lesotho, foi criada após o malogro da décima nona cimeira da OUA, adiada por duas vezes o ano passado, em Agosto e em Novembro. Se as causas próximas que impediram então a cimeira foram as divergências criadas em torno da admissão da República Árabe Saraui Democrática e quanto à representatividade das duas delegações que se apresentaram pelo Chade, as verdadeiras razões devem ser procuradas muito mais fundo, designadamente nos esforços dos Estados Unidos para liquidar a OUA.

Superar as divergências no seio da Organização foi a tarefa atribuída à Comissão dos doze. A convocação da mini-cimeira de Nairobi, destinada a apresentar na próxima reunião dos Não-Alinhados em Nova Deli uma imagem da OUA que não seja a de desagregação, conseguiu, aparentemente, parte do seu objectivo: marcar a décima nona cimeira da Organização para Adis Abeba, em Maio ou Junho, sem condições prévias.

E diz-se parte do objectivo porque a principal intenção

desta mini-cimeira, para além do restabelecimento do diálogo inter-africano, visava a realização duma cimeira da OUA antes da dos Não-Alinhados, de modo a permitir uma posição comum face aos problemas que ali vão ser debatidos.

Objectivo um pouco irrealista, sem dúvida, quanto mais não fosse pelos condicionais inerentes à escassez de tempo que media até à reunião de Nova Deli. Mas o que importa realçar é o empenhamento que está a ser posto na revitalização da Organização de Unidade Africana, que os mais fiéis aliados do imperialismo pretendem impedir de funcionar.

Países da Linha da Frente reúnem no Zimbabwé

Estabelecer uma posição comum foi também o motivo que no domingo levou a Harare, no Zimbabwé, os chefes de Estado de Angola, Zâmbia, Moçambique, Tanzânia e Botswana e ainda os presidentes da SWAPO e do Congresso Nacional Africano (ANC).

Em debate esteve a questão da Namíbia e a situação na África do Sul, problemas candentes que os países da Linha da Frente vão levantar em Nova Deli e para cuja solução se pretende o maior apoio possível.

Problemas que foram igualmente tema de debate entre o secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, e os oito países africanos que visitou (entre os quais os seis da Linha da Frente) uma semana antes da cimeira de Harare.

Uma visita cuja importância política não pode deixar de ser salientada, pois com ela Perez de Cuellar não só demonstrou o interesse da comunidade in-

ternacional pela resolução dos problemas principais da África Austral, mas ainda o «apoio das Nações Unidas a favor da justa causa das lutas de independência nessa parte do mundo».

Realizada no rescaldo desta visita e sendo porventura uma consequência dela, a reunião de alto nível no Zimbabwé foi mais um passo no caminho da unidade a fazer vingar na Conferência dos Não-Alinhados. Uma unidade que se torna tanto mais necessária quanto a África do Sul se mostra intransigente e empenhada na desestabilização económica e política dos países vizinhos. Uma unidade indispensável para que se evite, como salientaria Perez de Cuellar ao manifestar a sua preocupação quanto à falta de progressos sobre a questão da independência da Namíbia, a criação de um estado de tensão permanente como o que se vive no Médio Oriente.

A preparação da Conferência de Lisboa foi outro dos temas tratados em Harare. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da Linha da Frente aí presentes tiveram um encontro de trabalho com Silas

Carqueira, vice-presidente da Comissão Internacional preparatória da Conferência que de 25 a 27 de Março transformará Lisboa na capital da solidariedade.

Do balanço do andamento dos trabalhos preparatórios e das disposições adoptadas que garantem desde já o seu êxito, foi salientada a confirmação da presença em Lisboa de delegações de alto nível dos Estados da Linha da Frente, a aprovação do programa da sessão inaugural e da Confe-



rência e a apresentação de relatórios.

De 25 a 27 de Março, Lisboa será o ponto de encontro de todas as forças democráticas que, independentemente das suas diferenças de opinião noutras matérias, desejam expressar a sua solidariedade para com os povos da África Austral.

Passo a passo se constrói a unidade. A pensar em Nova Deli? Sem dúvida. Mas sobretudo a pensar no futuro.

Defesa e produção, em Angola e Moçambique

Defesa e produção são as duas grandes preocupações centrais, em Angola e Moçambique, dois problemas que estreitamente se interligam. Como se afirma na declaração do Bureau Político do MPLA sobre as comemorações do 4 de Fevereiro, «devido à guerra não-declarada que nos é imposta pela África do Sul, somos obrigados a desviar enormes recursos humanos, materiais e financeiros para a defesa nacional e para o apoio à população deslocada». Uma situação que — ainda que de uma forma diferente — se repete em Moçambique.

Recentemente, em ambos os países conseguiu-se obter vitórias assinaláveis sobre os movimentos contra-revolucioná-

rios, sustentados pela África do Sul, e que operam em Angola e Moçambique. Paralelamente, os trabalhos preparatórios do Congresso da Frelimo, a realizar em Abril, em Moçambique, e a recente reunião plenária do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, são factos particularmente importantes, quer no contributo objectivo que constituem para a defesa do país, na linha por que optaram os seus povos, quer a nível do — urgente — desenvolvimento socio-económico. Particularmente em Angola, muito afectada pelo esforço de defesa, e pelas destruições e perda de vidas resultantes das agressões e da ocupação de uma faixa do seu território por forças militares da África do Sul.

«Em 1964, quando desencadeámos a Luta Armada de Libertação Nacional, a África do Sul combateu contra as nossas Forças Populares de Libertação de Moçambique em Cabo Delgado e Niassa. O mesmo veio a acontecer em 1972, na frente de Tete. Mas aqui já acompanhado de soldados rodésianos. Por isso, os ataques, as agressões que hoje nos move o imperialismo não nos podem surpreender» — decla-

Solidariedade com os comunistas do Irão

Pelo Secretariado do Comité Central do PCP, Sérgio Vilarigues enviou ao Comité Central do Partido Tudeh do Irão o seguinte telegrama:

Queridos Camaradas
Ao tomarmos conhecimento da prisão do camarada Kianouri, 1.º secretário do vosso Partido, e outros destacados dirigentes do Partido Tudeh, manifestamos o nosso firme protesto por um acto dirigido contra os Interesses do povo e da revolução iraniana.

Neste momento difícil da vida do Partido Tudeh, expressamos a nossa solidariedade à luta dos comunistas, dos trabalha-

dores e do povo do Irão, em defesa das conquistas populares e anti-imperialistas da revolução iraniana.

Fraternalmente saudações.
Um outro telegrama, também subscrito pelo camarada Sérgio Vilarigues, foi enviado ao Imam Khomeini:

Ao tomar conhecimento da prisão de Nouredin Kianouri, de vários dirigentes do Partido Tudeh e de outras destacadas personalidades progressistas iranianas, o PCP, que sempre tomou uma posição positiva para com a revolução iraniana, diligencia junto de si para que intervenha no sentido da rápida libertação daqueles patriotas.

Morreu Waldeck Rochet

Waldeck Rochet, destacado dirigente do Partido Comunista Francês, morreu em Paris após prolongada doença. Eleito secretário-geral no 17.º Congresso do PCF, em 1964, responsabilidade que assumiu durante cinco anos, Waldeck Rochet aderiu ao Partido Comunista Francês, então ainda em formação, em 1924. Em 1936 foi deputado da Frente Popular. No Congresso de Villeurbanne, foi eleito para o Comité Central e terminada a Segunda Guerra Mundial passa a ser também membro da Comissão Política do PCF.

Na homenagem da Comissão Política do PCF destacam-se: «Era um homem comunista, modesto e exemplar, cujo pensamento e acção criativos foram e continuam ainda hoje a ser um contributo inestimável para a história do nosso país».

Nas homenagens fúnebres que se realizaram junto à sede do PCF, o Partido Comunista Português foi representado pelo camarada Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do PCP.

O Secretariado do PCP enviou um telegrama ao Comité Central do Partido Comunista Francês, em que se afirma: «Expressamos os mais sentidos votos de pesar do nosso Partido, pelo falecimento do camarada Waldeck Rochet, prestigioso militante do Partido Comunista Francês e personalidade destacada do movimento comunista e operário internacional».

— decla-

— decla-